

*Nélida Furtado Fernandes*

## **EVOLUÇÃO URBANA E PLANEAMENTO URBANO DA CIDADE DE ASSOMADA (CABO VERDE)**



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE DE COMBRA  
2011

*Nélida Furtado Fernandes*

**EVOLUÇÃO URBANA E PLANEAMENTO URBANO DA CIDADE DE  
ASSOMADA (CABO VERDE)**

**Relatório de Mestrado em Geografia (especialização em Ordenamento do Território e  
Desenvolvimento), no âmbito do Estágio realizado na Câmara Municipal de Santa  
Catarina, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob  
orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás**

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
2011

## **Agradecimentos**

Na elaboração deste trabalho, não posso deixar de agradecer às pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para a realização do mesmo.

Ao meu orientador, Doutor Paulo Carvalho Tomás, pelo seu incentivo e o seu encorajamento, mostrando que é possível a realização deste trabalho, pela sua competência científica, a sua disponibilidade na orientação, o meu profundo agradecimento.

Ao meu marido José Custódio, que me inscreveu no curso mestrado, pelo seu amor, e o seu apoio, pela compreensão nos momentos de angústia e de aflição.

Ao Serviço de Acção Social da Universidade de Coimbra, pela concessão da bolsa de estudo, algo que se revelou de grande importância no meu percurso académico;

À Câmara Municipal de Santa Catarina, pela vaga concedida para a elaboração do estágio.

À minha comadre Mirei, pelo apoio prestado, mostrando sempre a sua disponibilidade em ajudar a cuidar da minha Filha.

Aos meus amigos Amândio Furtado e Zé Mário, por todo o apoio prestado, pela simpatia e disponibilidade.

À minha amiga Rossana, pela sua disponibilidade e pelo seu apoio no fornecimento de dados estatísticos.

À Gary e Berenice em França, pelo amparo e o apoio num momento muito difícil.

Aos meus pais e aos meus irmãos não existem palavras para descrever todo o apoio e o carinho demonstrado ao longo do meu percurso Universitário.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha filha Aline Lopes, que foi sempre a minha fonte de inspiração.

## **Resumo**

No plano global a urbanização e a população urbana assumem cada vez mais importância, apesar das dificuldades em definir de forma consensual os indicadores mais adequados para medir estes fenómenos.

Nas últimas décadas, em especial desde meados do século XX, aumentou de forma relevante o número e a população de lugares urbanos, de tal maneira que na actualidade cerca de 50% da população mundial reside em espaços urbanos. Estes são cada vez maiores e mais numerosos.

As dinâmicas urbanas (população e lugares) são diferenciadas e apresentam particularidades de acordo com os contextos geográficos, económicos, sociais, políticos, culturais, entre outros.

As preocupações com as cidades e o ambiente urbano, na perspectiva da sustentabilidade, emergem destacadas em diversos documentos orientadores e normativos, nacionais e internacionais,

O planeamento urbano, sendo cada vez mais indissociável de uma relação estreita com o conceito de desenvolvimento sustentável, configura uma ferramenta nuclear da política de desenvolvimento sustentável.

A partir do exemplo de Cabo Verde, e em particular o município de Santa Catarina e a cidade de Assomada, no contexto de um estágio curricular realizado nesse município, a nossa investigação assumiu como pertinente analisar a evolução urbana e os instrumentos de gestão territorial nomeadamente os instrumentos de planeamento municipal.

A metodologia tem como suporte a análise interpretativa de documentos científicos, normativos e orientadores relevantes no contexto das temáticas em estudo, a recolha de informação no local do estágio, e a realização de trabalho de campo num espaço marcado nos últimos anos por trajectórias de elevado crescimento urbano.

Os principais resultados obtidos, permitindo confrontar o quadro conceptual/normativo e a prática do planeamento urbanístico em Cabo Verde, revelam o desencontro entre as dinâmicas urbanas e os instrumentos de planeamento territorial, e neste sentido reflectem um conjunto significativo de preocupações em matéria de ocupação e gestão do território.

## Abstract

Global-wise speaking, urbanization and urban population are becoming increasingly important, despite the difficulties in coming to a consensus as to defining the most appropriate indicators to the measurement of such phenomena.

In recent decades, particularly since the mid-twentieth century, the number and the population of urban areas have increased significantly, in such a way that, nowadays, around 50% of the world population lives in urban areas. These areas are getting bigger and bigger and growing in number.

Urban dynamics (population and places) are differentiated and display idiosyncrasies according to geographical, economical, social, political and cultural contexts, amid others.

Considering sustainability, concerns with cities and with urban environment, come forward highlighted in several orientating and normative documents nationally as well as internationally.

Urban planning, as it is getting increasingly indivisible from a close relationship with the concept of sustainable development, outlines itself as a paramount tool for sustainable development politics.

From the example of Cape Verde, especially the county of Santa Catarina and the city of Assomada, in the context of a curricular stage held in the aforementioned city, our investigation understood that it would be relevant to undertake the analysis of urban evolution, namely, the implements for municipal planning.

The methodology is supported by the interpretative analysis of normative and orientating scientific documents considered to be apropos within the context of the set of subjects being studied, as well as by the gathering of information *in situ* and the carrying out of field work in a space marked, during recent years, by soaring urban growth trajectories.

The chief results which were obtained, allow us to confront the conceptual/normative framework and the practice of urban planning in Cape Verde, and reveal the mismatch between urban dynamics and the tools for territorial planning thus, reflecting a significant amount of apprehensions as far as occupation and land management are concerned.

# **1. Introdução**

## **1.1 Contextualização temática**

O tema deste trabalho está relacionado com a evolução do espaço urbano e o planeamento urbano, e decorre de um estágio realizado na Câmara Municipal de Santa Catarina (Ilha de Santiago), em Cabo Verde, tendo em vista estudar a evolução urbana e o planeamento urbano da cidade de Assomada.

A evolução urbana está relacionada com o surgimento e a dinâmica dos espaços urbanos nomeadamente através de variáveis como a população, as actividades económicas e o território. Antigamente as cidades eram pouco povoadas, uma vez que a população estava mais concentrada no espaço rural. Com o desenvolvimento da indústria nota-se uma forte tendência para a deslocação da população do meio rural para o meio urbano. O número de habitantes a viver nas cidades aumentou significativamente, logo, surgiram os problemas de ordem social, uma vez que a cidade não se encontrava preparada para receber um grande quantitativo populacional. Mais tarde surgiram os problemas de ordem ambiental, que são aqueles que afectam a qualidade de vida. Estes problemas estão associados ao crescimento acentuado e desordenado dos centros urbanos após a revolução industrial no século XIX, quando uma grande massa de população vai convergir para a cidade com o intuito de procurar melhores condições de vida.

A revolução industrial foi um fenómeno de forte impacto social, na medida em que houve uma substituição do trabalho do homem pela máquina. O homem passa a assumir um papel de agente de direcção de manobras das máquinas. Enquanto que as produções anteriores tinham um mercado determinado, a partir da produção em maior escala (revolução industrial) a produção é feita para um mercado mais alargado. Antes da revolução industrial o artigo era feito por um artesão (uma pessoa), após a revolução industrial a produção é feita pela máquina, ou várias pessoas que dividiam a tarefa de tal forma que o trabalho toma feições mais racionais e mais rentáveis. A partir deste momento, várias transformações políticas económicas e sociais ocorreram tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento. As cidades se expandiram formando áreas metropolitanas. Mas é de recordar que a urbanização nos países

desenvolvidos ocorreu com a revolução industrial, enquanto que nos países em vias de desenvolvimento (ou menos desenvolvidos) este processo ocorreu mais tarde.

No caso de Cabo Verde, país insular de pequena dimensão, os condicionantes naturais tem levado a uma crescente expansão do espaço urbano, dando deste modo uma nova dinâmica no uso e ocupação do solo. A cidade é um local de grande atractividade uma vez que no espaço rural, muitas das vezes as condições de vida são precárias, factor pelo qual obriga a saída em massa da população para o meio urbano.

O tema “evolução urbana e o planeamento urbano do concelho de Santa Catarina”, deve-se ao interesse em desenvolver um trabalho no (e para o) meu concelho de origem, ao dinamismo e forte crescimento urbano da cidade de Assomada nas últimas décadas, e também devido a carência de trabalhos dentro desta temática no concelho e no país.

## **1.2 Objectivos, Metodologia e Estrutura do Trabalho**

Este trabalho apresenta como principais objectivos:

- Explorar a problemática da evolução urbana e a importância do planeamento urbano, reflectindo sobre os instrumentos de gestão territorial;
- Reflectir sobre o ordenamento do território e a gestão territorial na Europa, em Portugal e em Cabo Verde, particularmente no concelho de Santa Catarina;
- Analisar as variáveis populacionais e económicas de modo a dar uma visão global sobre o território Cabo-verdiano;
- Explicitar o modo como o concelho de Santa Catarina tem evoluído em termos urbanos, através da análise de indicadores como a população, as actividades económicas e a construção (tendo como suporte a consulta de licenças emitidas pela câmara municipal e os registos urbanos existentes nas actas das sessões camarárias).

Para alcançar estes objectivos foi necessária uma abordagem que contemplasse os aspectos ligados à evolução urbana das cidades, nomeadamente a análise de documentos científicos (livros, revistas, teses) e documentos digitais da internet, e a realização de pesquisas documentais na câmara municipal de Santa Catarina, centrada na análise das licenças de construção e consulta das actas da câmara de modo a conhecer as decisões mais



importantes, como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Urbano de Achada Falcão e o Plano Director Municipal.

Importa explicar que os objectivos inicialmente traçados para o estudo de caso não serão concretizados (pelo menos do modo como estava pensado na fase de planeamento e preparação da investigação) devido às dificuldades e limitações encontradas no local do estágio.

Durante muito tempo (até o ano de 2008) as licenças de construção não eram informatizadas, o que dificultou bastante o estudo. A maioria das licenças já não se encontra em bom estado, não se consegue obter os registos de todos os anos e o critério utilizado é muito deficiente. Não foi definido um critério para o registo das licenças, de ano para ano, de tal maneira que as variáveis consideradas são diferentes.

A partir de 2008, as licenças são informatizadas, mas os problemas continuam a ser os mesmos, e o registo continua a apresentar falhas que dificultam de forma incontornável a investigação neste domínio.

Ao mesmo tempo, as actas das sessões camarárias, que podiam ser um elemento muito importante para este estudo, também revelaram um conjunto significativo de fragilidades/limitações. Por um lado, não foi possível encontrar todas as actas e, por outro lado, das actas consultadas, as informações relativamente ao urbanismo e planeamento urbano são escassas.

No que diz respeito à estrutura do relatório, podemos afirmar que o presente trabalho está organizado em sete partes (introdução, enquadramento teórico que subdivide em duas partes (a evolução urbana e o ordenamento do território e planeamento urbano); o território de Cabo Verde, o caso de estudo que subdivide em duas partes (o município de Santa Catarina e a evolução urbana e instrumento de planeamento) e a conclusão).

A introdução apresenta uma síntese da temática e dos objectivos operacionais da tese, da metodologia de investigação e respectiva organização.

A segunda parte enfatiza a problemática da evolução urbana e do planeamento urbano, segundo uma perspectiva de integração de escalas geográficas, percorrendo documentos de enquadramento estratégico/orientadores e quadros normativos.

Na terceira parte analisamos o ordenamento do território e o planeamento urbano na Europa, em Portugal e em Cabo Verde, analisando os conceitos e os instrumentos de gestão territorial.

Na quarta parte, o estudo orienta-se no território Cabo-verdiano, analisando as variáveis populacionais e económicas de modo a dar-se conhecer do território em geral

Na parte seguinte, centra-se o estudo no município de Santa Catarina, de modo a explicitar as dinâmicas populacionais e económicas no concelho.

Na sexta parte, o estudo direcciona-se na questão da evolução urbana no município de Santa Catarina, de maneira a explicitar as dinâmicas urbanas e as respostas em matéria de planeamento urbano.

A derradeira parte do relatório apresenta as conclusões (uma síntese das principais ideias que sedimentam a investigação) e abre algumas perspectivas sobre o desenvolvimento de Assomada e Santa Catarina.

## **2. Evolução Urbana**

A população urbana aumentou prodigiosamente nos últimos dois séculos. Este grande aumento é consequência dos progressos técnicos e científicos que ocorreram a partir da segunda metade do século XVIII. Este processo teve início na Europa Ocidental e logo de seguida assumiu importância nos Estados Unidos da América.

O progresso técnico levou a um aumento da produtividade, que de uma forma indirecta possibilitou o crescimento demográfico e a melhoria de qualidade de vida. Ocorreu uma transformação na estrutura da população activa. No início do século XIX, o sector primário ocupava cerca de 80% da população activa, o sector secundário era responsável por 8%, e o sector terciário correspondia 12%. Nos países industrializados, houve uma diminuição da população activa no sector primário em benefício do sector secundário e terciário. Posteriormente, em função do progresso da produtividade na indústria, o sector secundário diminuiu em benefício do sector terciário.

A forte urbanização que ocorreu a partir da segunda metade do século XX teve efeitos multiplicadores no território. Os espaços rurais mais próximos dos centros foram “invadidos”, por outro lado, outros lugares mais distantes quase que perderam todo o seu quantitativo populacional.

Nos países onde ocorreu o progresso técnico, o aumento da produtividade do trabalho acarreta um aumento da produção global, o que possibilita o crescimento demográfico e a melhoria do nível de vida. Deste modo, nos países desenvolvidos encontra-se um número muito restrito da população a trabalhar no sector primário, o que quer dizer que o grosso da população que se encontrava no sector primário, será obrigado a partir. O despovoamento do campo acarreta o aumento da população nas cidades e um conjunto significativo de problemas em matéria de ordenamento territorial.

Durante muito tempo, a “barreira” que separava o espaço rural e o espaço urbano foi muito nítida. “A agricultura era um grande elemento diferenciador dos espaços, imprimindo as suas marcas nos vários domínios de vida das sociedades rurais” (Mateus, 2009: 21).

A agricultura tinha um grande peso, e a sua importância foi notável, não só na estruturação da actividade económica, mas também na organização das famílias.

Actualmente, não é possível compreender e interpretar as mutações que ocorrem no espaço rural, se ignorarmos o espaço urbano e a sua área de influência. Nota-se uma forte influência do espaço urbano, principalmente nos espaços rurais mais próximo do centro urbano. Os fenómenos de crescimento urbano repercutem-se nos campos próximo do centro urbano, levando à sua transformação a nível espacial, funcional, social e cultural. Nota-se a mudança no uso do solo, alteram-se os comportamentos e tornam-se cada vez mais inovadores.

Recorda-se que as transformações não se registam do mesmo modo em todos os espaços rurais. Deste modo, nos espaços periurbanos, as mudanças são mais rápidas e evidentes, levando ao desenvolvimento destas áreas, diminuindo a superfície que antes eram ocupadas pela prática agrícola, dando lugar a localização industrial e outros serviços.

A cidade encontra-se em forte crescimento, “o tecido urbano prolifera, estendendo-se, corroendo, aqui e além, os últimos resíduos da vida agrária. A cidade, em crescimento acelerado, invade o espaço rural, ocupa os campos que imediatamente a envolvem e influência uma área dotada de relativa extensão.” (Mateus, 2009: 61).

Um outro aspecto que também levou ao alargamento do espaço urbano é o desenvolvimento do transporte e das vias de comunicações que possibilitou maior mobilidade da população dentro do próprio espaço urbano.

A urbanização é um processo social, e o seu desenvolvimento leva ao surgimento e transformação dos núcleos populacionais como consequência das interacções humanas.

Como já se referiu, o processo de urbanização moderno teve início no século XVIII em consequência da revolução industrial desencadeada primeiramente na Europa. Actualmente uma grande parte da população mundial vive em cidades<sup>1</sup> e a tendência é aumentar cada vez mais.

---

<sup>1</sup> Dentro desta temática é pertinente referir o conceito de cidade. Segundo Salgueiro (1992), a cidade pode ser definida como um aglomerado de pessoas, capitais e outras formas de produção num espaço restrito com uma determinada forma de povoamento. Tradicionalmente para a Geografia, a cidade é uma forma de povoamento, portanto respeita à ocupação de partes território pela população.

A urbanização resultou essencialmente da transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano.

A Inglaterra foi o primeiro país a urbanizar-se (em 1950 já possuía mais de 50% de população urbana), no entanto a urbanização acelerou-se na maioria dos países industrializados a partir de segunda metade do século XIX.

Segundo Marques (2005), em 1800 Portugal tinha um índice razoável de população urbana, mas um século depois nota-se um atraso na urbanização relativamente à Europa industrializada. No período de 1800 e 1910, enquanto que parte da Europa encontrava-se a viver num período de forte urbanização, Portugal mantém a percentagem da sua população urbana à volta dos 16%. Por outro lado, no mesmo período a taxa de urbanização na Inglaterra sobe de 23% para 75%, reflectindo os fortes impactos do processo de industrialização.

“Entre os finais da Segunda Guerra Mundial, e os anos 70 e 80 do século XX, a Europa Ocidental vive um novo período de urbanização que acompanha a consolidação de uma economia assente na indústria e no terciário.” (Marques, 2005).

No período de 1950 e 1960, registou-se um forte crescimento demográfico (*baby boom*) e um forte êxodo rural, que por sua vez levou a um forte crescimento da população urbana em toda a Europa. Este mesmo período foi marcado pelo forte crescimento económico, modernização do sistema produtivo, desenvolvimento das infra-estruturas.

Recorda-se que o processo de urbanização não teve o mesmo ritmo em toda a Europa. Nos países do sul da Europa o êxodo rural foi mais tardio.

Ainda de acordo com Marques (2005), a evolução do ritmo de crescimento urbano reflecte as diferenças espaciais no território europeu. Deste modo, a Inglaterra, a Holanda e a Bélgica foram dos primeiros países a começar a baixar (taxas mais altas na década de 50). Relativamente a França, Espanha e Grécia as taxas mais altas verificaram-se na década de 60. Por outro lado, Portugal e Irlanda atingem o seu pico de taxa de crescimento nos anos 70.

O crescimento demográfico urbano foi muito mais forte nos países do Sul da Europa em que este processo foi mais tardio do que nos países do Norte. O processo de

urbanização teve diferente ritmo não só dentro do espaço europeu como também nos outros continentes.

Nos países industrializados, a urbanização é um processo muito antigo. Foi feita lentamente ao ritmo de sucessivas revoluções tecnológicas. Tanto as cidades como as redes urbanas se organizaram lentamente.

Por outro lado, nos países subdesenvolvidos a urbanização foi retardada e aconteceu a um ritmo mais acelerado. Enquanto nos países desenvolvidos eles aparecem em momentos diferentes, a revolução urbana tenha alcançado uma amplitude impossível de ser medida, o crescimento demográfico e económico, o progresso da informação e as tentativas da organização do espaço são concomitantes. A força conjunta de todas essas revoluções é tão grande que as cidades e as redes urbanas mais recentes e menos estruturadas oferecem pouca resistência aos novos factores de transformação.

O processo de urbanização é actualmente avassalador nos países do “terceiro mundo”. A proliferação de grandes cidades foi surpreendente nos países pobres. Das vinte e seis cidades mundiais com mais de 5 milhões de habitantes em 1980, 16 estão nos países subdesenvolvidos.

Em termos regionais, entre 1950 e 1975 a população urbana de África passou de 32 para 103 milhões, a da América Latina de 68 para 198 milhões e a da Ásia de 218 para 574 milhões, em termos percentuais significa que durante 25 anos, em África ela 33 aumentou 222%, na América Latina 191% e na Ásia 163% (Carneiro, 1996:36)

A principal causa da aceleração do crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos foi a diminuição das taxas de mortalidade. Enquanto os países ocidentais atingiram um nível industrial relativamente avançado no momento em que as diminuições das taxas de mortalidade se aceleravam, os países subdesenvolvidos, num curto espaço de tempo, aproveitavam-se de todas as descobertas de ordem sanitária provenientes dos países industrializados.

Por exemplo, na Suécia foram precisos 100 anos para que a mortalidade baixasse de 21‰ a 14‰. Na Costa Rica foram 42 anos para baixar de 23 a 7,9‰ (1920-1962). Na Jamaica foi preciso 29 anos para baixar a taxa de mortalidade de 28 a 13‰ em 29 anos.

Os últimos dados estatísticos publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no *World Population Prospects*, a população mundial em 2010 aproxima-se de sete milhares de milhões de habitantes (6895889), dos quais 1235900 (17.9%) residem nas “regiões mais desenvolvidas” e os restantes 5659989 (82.1%) residem nas “regiões menos desenvolvidas” (de acordo com a terminologia adoptada na referida publicação).

Segundo a publicação *World Urbanization Prospects* (2009) da ONU, a população urbana em 2010 é de 3486326 habitantes ou seja 50.6% da população total do planeta. Desta, 26.7% reside nas “regiões mais desenvolvidas” e 73.3% reside nas “regiões menos desenvolvidas”.

### **3. Ordenamento do Território e Planeamento Urbano**

#### **3.1 Europa e Portugal**

Segundo a Carta Europeia do Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1983), no sentido mais lato o ordenamento do território entende-se como “a expressão espacial da política económica, social, cultural e ecológica de toda a sociedade que visa o desenvolvimento social e económico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais, a protecção do ambiente e a utilização racional do território”.

O desenvolvimento de qualquer país passa pelo planeamento fundamentado em aspectos técnicos e científicos, criando instrumentos de gestão necessários, que espelham os objectivos e as perspectivas de desenvolvimento de cada momento.

O planeamento e o ordenamento do território se complementam. Como refere Carvalho (2005: 49), “o ordenamento do território situa-se a montante e apresenta-se com maior agregação que o planeamento, sendo este mais operativo ao visar o enquadramento de acções de projectos e obra ao prever medidas para a dinamização do desenvolvimento”.

Carvalho (2005: 48) explica que o planeamento do território constitui um processo racional de contínua previsão como resultado da necessidade de resolver problemas espaciais (e importa sublinhar que o território se encontra em constante transformação devido à acção do homem).

Nas últimas décadas, o ritmo frenético das relações urbanas levaram a uma modificação intensa do espaço. O ritmo em que o espaço se modifica de forma desorganizada é muito acelerado, o que demonstra a necessidade de planear.

O planeamento urbano passa pelo processo de criação e desenvolvimento de ferramentas que tem por objectivo melhorar ou revitalizar certos aspectos, como por exemplo, a qualidade de vida da população, dentro de uma área urbana.

O planeamento urbano na perspectiva das temáticas estruturantes da ocupação e organização do espaço urbano reflecte um conjunto de preocupações, a saber:



— A cidade como parte integrante do território, ou seja, o planeamento urbano não se limita a ordenar exclusivamente o espaço urbano, mas preocupa-se com a integração da cidade e do território. Importa manter conexão entre os núcleos urbanos e manter inter-relação e articulação com a área próxima;

— A delimitação dos espaços públicos e privados, por outras palavras, o planeamento urbano tem de delimitar o âmbito público e privado dentro do espaço urbano;

— A rede de espaço público (será o planeamento urbano responsável pela imagem urbana do espaço público);

— O modo de ordenar o território (será também o planeamento urbano a definir o padrão e o esquema de ordenar o crescimento urbano).

O planeamento urbano tem cada vez mais um carácter integrado, com instrumentos normativos cuja função básica é classificar e qualificar o solo e garantir o uso adequado em serviços, infra-estruturas e equipamentos comunitários, que permitem uma elevada qualidade de vida da população residente.

No sentido de explicitar o modo como estas preocupações transparecem nos quadros normativos e documentos orientadores dos diversos países, entendemos pertinente referir o exemplo de Portugal (que antecede uma análise mais aprofundada relativa a Cabo Verde).

No caso de Portugal, o ordenamento do território não é um aspecto recente. Há uma longa tradição neste domínio.

Segundo o Relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Anexo à lei nº 58/2007 de 4 de Setembro), o sector florestal possui um longo saber acumulado em processos formais de planeamento no âmbito do ordenamento do espaço rural, com uma visão concreta da organização do território tanto à escala local e nacional.

Dos marcos mais modernos, pode-se exemplificar, o Plano de Ordenamento da Mata Nacional da Machada (1864) que constitui o primeiro plano de ordenamento de uma propriedade florestal com recurso a métodos científicos fundamentados; o Projecto Geral da Arborização dos Areais Móveis de Portugal (1897) que modificou radicalmente a paisagem em vastas extensões do litoral, de Caminha a Vila Real de Santo António; o Plano de Povoamento Florestal (1930) que orientou a intervenção em mais de 500 000 hectares com fins de protecção de solo e da água, de produção florestal e silvopastoril, de

infra-estruturação do território e de conservação da natureza; o Plano de Fomento Agrário (1949), que propôs o ordenamento nacional e integrado do conjunto dos espaços rurais baseado na avaliação do potencial agrário das várias regiões do país e recorrendo a conceitos e metodologias gerais notáveis pela sua clareza e sentido prático; o Plano Director do Parque Peneda-Gerês (1973) que constitui o primeiro instrumento de ordenamento de uma área protegida em Portugal.

A localização de Portugal na fachada atlântica do continente europeu proporcionou a expansão e a concentração de actividades económicas nas duas grandes cidades (Lisboa e Porto) deixando o interior com um desenvolvimento retardado.

O desequilíbrio da rede urbana manteve-se durante muito tempo, sendo acentuado na década de 60 devido à emigração maciça em direcção à Europa e migração para o litoral.

Os efeitos do êxodo rural, iniciado nos anos 50 e “ampliado” nos anos 60, começaram a ser percepcionados, uma vez que o abandono dos campos e das aldeias levaram ao crescimento de extensas manchas suburbanas, sobretudo na área de Lisboa, sem obedecerem a qualquer plano de ordenamento do território.

A consciência dos caos que se instalava nas áreas urbanas levou à definição de uma “Política de Solos” (Decreto-Lei nº 576/70 de 24 de Novembro) de modo a solucionar os problemas resultantes do êxodo rural.

Em 1982 são instituídos os Planos Directores Municipais (Decreto-Lei nº 208/82 de 26 de Maio). De seguida criaram-se os Planos Regionais de Ordenamento do Território (Decreto-Lei nº 338/83 de 20 de Julho). A primeira tentativa de integrar várias figuras de plano de ordenamento do território foi em 1990 (Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março). O Plano Especial de Ordenamento do Território foi criado em 1993.

A política de ordenamento do território em Portugal não dispôs até finais dos anos 90 de um instrumento legal integrador, não obstante os processos resultantes de várias iniciativas legislativas que conduziram a um quadro incompleto e desarticulado de instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Portugal passou a dispor de uma Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo em 1998 (Decreto-Lei nº 48/98 de 11 de Agosto), no sentido de reestruturar e consolidar o quadro normativo nacional, sistema caracterizado por acentuada

dispersão e desarticulação de diplomas, crescentes conflitos de uso de solo e expansão urbana desregrada. Como refere Oliveira (2004), os principais pilares da reforma (na base dos diplomas que, com pequenas alterações, estão ainda em vigor) são o planeamento territorial e o controlo público das operações urbanísticas.

O Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, ao desenvolver as bases desta política de ordenamento do território, definiu o regime de coordenação dos “níveis” do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

De acordo com Carvalho (2006: 242), “Os alicerces da política de ordenamento do território e urbanismo assentam no sistema de gestão territorial, organizado num quadro de interacção que envolve os âmbitos nacional, regional e municipal, e a sua concretização envolve instrumentos de gestão territorial de natureza diversa, de acordo com as funções diferenciadas que desempenham: estratégica, programação ou concretização das diversas políticas, e regulamentar”.

De forma simplificada, corroborando a opinião deste autor (2005), podemos afirmar que existem instrumentos de planeamento territorial (de natureza regulamentar, como, por exemplo, o Plano Director Municipal, o Plano de Urbanização, e o Plano de Pormenor), e instrumentos de desenvolvimento (de natureza estratégica e de programação ou concretização das políticas de desenvolvimento com incidência espacial, como, por exemplo, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, os Planos Regionais de Ordenamento do Território, e os Planos Sectoriais).

No topo da pirâmide dos instrumentos de gestão territorial encontramos o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território que “Estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia” (art. 26º do Decreto-Lei nº 380/99). Também “Estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como a salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e desenvolvimento rural” (art. 28º Decreto-Lei nº 380/99).

Esta matriz estrutural, como oportunidade para Portugal encontrar soluções adequadas aos seus problemas de ocupação e organização espacial, pretende contribuir para a prossecução de um conjunto muito relevante de objectivos gerais (desafios incontornáveis) nomeadamente: definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da união Europeia; garantir a coesão territorial do país atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades; estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social; articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território; racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes; estabelecer os parâmetros de acesso às funções urbanas e às formas de mobilidade; definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

## **3.2 Cabo Verde**

### **3.2.1 Contexto e Objectivos**

O ordenamento do território em Cabo Verde apresenta muitas semelhanças com o ordenamento do território em Portugal.

Neste domínio, Cabo Verde ainda se encontra em fase embrionária e com grande espaço de progressão.

Uma vez que Cabo Verde é um país com uma economia bastante fragilizada, a política de ordenamento do território poderá ser um elemento fundamental para desenvolver o país.

Com o crescimento acelerado das cidades nos finais dos anos 90 e uma deficiência em termos habitacionais e equipamentos públicos, o estado começou a se preocupar bastante, tendo em consideração que se não for tomada nenhuma iniciativa em matéria do ordenamento do território, o futuro do país poderia ficar comprometido.

Sentiu-se a necessidade de planear o território, através da elaboração de todos os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (Decreto-Lei 85/IV/93 de 16 de Julho). Desenvolver um

sistema integrado e eficiente de informação territorial e apoiar os municípios na elaboração dos Planos Urbanísticos e capacitá-los para a sua efectiva implementação e actualização, são desafios inadiáveis cujas respostas devem ser dadas no seu devido tempo.

As iniciativas tomadas até o momento não têm conseguido apagar as disfunções territoriais em Cabo Verde. Apesar de alguns trabalhos realizados e as intenções anunciadas para encontrar soluções para o território, a imagem de Cabo Verde que prevalece é a do desequilíbrio territorial, com níveis de desenvolvimento muito diferenciados entre as ilhas. As áreas rurais encontram-se em progressivo abandono em favor das áreas urbanas.

A insularidade do país associado ao forte crescimento demográfico, uma fragilidade em termos de recursos naturais, inexistência de recursos minerais, desequilíbrio populacional entre as ilhas e a debilidade em termos económicos, impõem actuações específicas a nível do ordenamento do território, tornando-se um dos principais desafios para Cabo Verde no sentido de encontrar maior coesão territorial, social e económica.

Ao ordenamento do território cabe orientar na definição dos objectivos estratégicos como por exemplo:

- Definir as principais orientações para o modelo de ocupação do solo (estrutura de povoamento, infra-estruturação do território) tendo em conta a sua incumbência na definição dos limiares para os diferentes tipos de equipamentos e infra-estruturas;
- Estabelecer as regras para os diferentes usos do solo (atenção particular na actividade turística);
- Orientar a estruturação das redes de transportes (intra-ilhas, inter-ilhas e do território para o exterior) e as estruturas logísticas;
- Estabelecer os princípios de ocupação do solo no litoral;

Por todos os aspectos acima mencionados, o ordenamento do território é um elemento valioso para qualquer território, podendo ter ainda uma importância maior nos territórios que se encontram em desenvolvimento.

O regime jurídico em Cabo Verde que disciplina a preservação, uso, transformação, ordenamento e fiscalização das actividades sobre a terra está a crescer e a consolidar.

Pouco a pouco, Cabo Verde vai adquirindo um corpo legal que permite um verdadeiro controlo das situações jurídicas em torno da gestão do território nas suas mais diversas vertentes. A constituição Cabo-verdiana fixou as balizas fundamentais nesta matéria, atribuindo ao estado as funções de “proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente bem como o património histórico-cultural e artístico nacional” e as de “criar as condições necessárias para a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais, de forma a tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos”.

O ordenamento do território surge no contexto da constituição da República Cabo-verdiana como meio e fim de políticas económicas, sociais, e culturais. O direito à habitação, enquanto direito fundamental de todo o cidadão, aparece associado ao direito do urbanismo para por em relevo que a habitação condigna passa necessariamente por políticas correctas de ordenamento do território e de planeamento urbanístico.

Segundo a Lei de Base do Ordenamento do Território, publicada no Boletim Oficial série I, nº 23 de 21 de 2010, os pontos seguintes, constituem os fins da política do ordenamento do território e do urbanismo em Cabo Verde:

- Reforçar a coesão nacional, corrigindo as assimetrias regionais e assegurar a igualdade de oportunidade dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- Promover a valorização integrada das diversidades do território nacional;
- Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados;
- Assegurar a defesa e valorização do património histórico, cultural e natural;
- Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais;
- Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem;
- Salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural, lutar contra a desertificação e incentivar a criação de actividades geradoras de rendimentos;

- Acautelar a protecção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da acção humana;
- Garantir o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das regiões, dos núcleos de povoamento;
- Assegurar o dimensionamento e a localização das infra-estruturas e equipamentos;
- Garantir a disponibilidade de terrenos para as actividades económicas, espaços públicos e edificado.

### **3.2.2 Instrumentos de Gestão Territorial**

Cabo Verde esteve muito tempo sem políticas e instrumentos que de forma estruturada e integrada orientassem a transformação do seu território.

Os instrumentos de gestão territorial enfatizam no período pós-independência (a partir de 1975) uma vez que o país estava sujeito à legislação Portuguesa no respeitante ao ordenamento do território. No período que se segue à independência, o ordenamento do território foi relegado para o segundo plano em termos de prioridade.

Segundo Tavares (2006: 53), “as prioridades do Ministério da Habitação e Obras Públicas (MHOP) eram infra-estruturação do país, saneamento e abastecimento interno. Daí que nos anos que se seguem à independência ocorreu um vazio em termos de regulamentação sobre o ordenamento do território e urbanismo”.

Deste modo, o crescimento desordenado das cidades tornou-se cada vez mais presente no país.

O planeamento é algo muito recente no país e a cultura de planeamento não faz parte do esquema dos líderes políticos em Cabo Verde. Legalmente o ordenamento do território só teve a sua expressão na década de 90. Como já referimos, o Decreto-Lei 85/IV/93 de 16 de Julho, determina a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (LBOTPU).

Posteriormente, de acordo com a nova lei (Decreto-Lei nº1/2006 de 13 de Fevereiro), o Ordenamento do Território e o Planeamento Urbanístico determinam um sistema de gestão

territorial que se concretiza pela existência de instrumentos de gestão que adoptam uma estratégia para a organização do espaço, controlando a ocupação humana e o uso do solo, permitem a protecção dos ecossistemas e promovem o desenvolvimento.

O ordenamento do território e o planeamento urbanístico assentam num sistema de gestão territorial integral que atende o território na sua totalidade, conserva a sua unidade, respeita a sua diversidade e a descontinuidade territorial, e preserva a sua biodiversidade.

Importa explicar que o sistema de gestão territorial actua em três âmbitos, a saber:

— Âmbito Nacional, onde define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, estabelecendo as directrizes a considerar no ordenamento regional e municipal e a compatibilização entre os diversos instrumentos de política sectorial com incidência territorial instituindo, quando necessário, os instrumentos de natureza especial. É concretizado, através dos seguintes instrumentos: o programa nacional da política de ordenamento do território; os planos sectoriais com incidência territorial; os planos especiais de ordenamento do território, compreendendo os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas e os planos de ordenamento da orla costeira.

— Âmbito Regional, em que define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecendo as directrizes orientadoras do ordenamento municipal. Este âmbito é concretizado através dos planos regionais de ordenamento do território.

— Âmbito Municipal, este é definido de acordo com as directrizes de âmbito nacional e regional e com as opções próprias de desenvolvimento estratégico, o regime de uso do solo e a respectiva programação. Este é concretizado através dos seguintes instrumentos: os planos intermunicipais de ordenamento do território; os planos municipais de ordenamento do território, compreendendo os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

Seguindo a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (LBOTPU), no território Cabo-verdiano encontram-se quatro domínios dentro dos instrumentos de gestão territorial:



**1. Instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial**, de natureza estratégica, que traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecendo directrizes de carácter genérico sobre o modo de uso do mesmo, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração de instrumentos de planeamento territorial. Neste primeiro domínio têm lugar a Directiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) e o Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT).

A DNOT é um instrumento de planeamento que, a nível nacional, estabelece o quadro espacial das actuações com impacto da organização do território. Abrange, portanto, todo o território Cabo-verdiano. Esta directiva define e calendariza as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e constitui um quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

A Directiva Nacional do Ordenamento do Território deve obedecer aos seguintes princípios: desenvolvimento territorial sustentável, assegurando uma boa utilização dos recursos territoriais em benefício das gerações actuais sem prejuízo das gerações futuras; salvaguarda e valorização dos recursos territoriais, proporcionando o pleno aproveitamento do potencial territorial; coesão territorial, assegurando a equidade no acesso à provisão pública de bens e serviços de interesse geral, em articulação com a promoção da coesão económica e social; participação dos cidadãos e da organização da sociedade civil na preparação das decisões de desenvolvimento territorial e na implementação das políticas de ordenamento do território; aumento da resiliência aos fenómenos climáticos extremos, promovendo medidas activas de adaptação às suas consequências e medidas concretas de luta contra a desertificação; estruturação de equipamento do território e reforço da conectividade interna e internacional, numa óptica de valorização de potencial territorial e de posicionamento estratégico de Cabo Verde no contexto da África Ocidental, e de reforço da ligação de Cabo Verde aos centros de decisão política, económica e financeira internacional e as comunidades Cabo-verdianas no estrangeiro; melhoria da qualidade de vida das populações, corrigindo assimetrias inter-regionais, intra-regionais e locais no acesso à provisão de bens e serviços de interesse geral e promovendo condições básicas de segurança, bem-estar para as populações independentemente da sua localização no território nacional; entre outros.

O EROT é um instrumento de planeamento que, a nível regional, estabelece um quadro espacial das actuações com impacto na organização do território. Pode abranger uma ilha ou um grupo de ilhas vizinhas. O Esquema Regional de Ordenamento define um modelo de organização do território regional, estabelecendo: a estrutura regional do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e dos equipamentos de interesse regional, assegurando a salvaguarda e a valorização das áreas de interesse nacional em termos económicos, agrícolas, florestais, ambientais e patrimoniais; os objectivos e os princípios assumidos a nível regional quanto à localização das actividades e dos grandes investimentos públicos; as medidas de articulação, a nível regional, das políticas estabelecidas na DNOT e nos planos sectoriais pré-existent, bem como das políticas de relevância regional contidas nos planos intermunicipais e nos planos urbanísticos abrangidos; a política regional em matéria ambiental, bem como a recepção, a nível regional, das políticas e das medidas estabelecidas nos planos especiais de ordenamento do território; directrizes relativas aos regimes territoriais definidas ao abrigo de lei especial, designadamente áreas de reserva agrícola, reserva ecológica e zonas de riscos; as condicionantes e as medidas específicas de protecção e conservação do património histórico e cultural, etc.

**2. Instrumentos de planeamento territorial ou “Planos Urbanísticos”**, de natureza regulamentar, que estabelecem o regime de uso do solo, definindo os modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo. Neste domínio entra o Plano Director Municipal (PDM), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e o Plano Detalhado (PD).

O PDM é um instrumento de planeamento que rege a organização espacial de todo o território municipal, estabelecendo a estrutura espacial, a classificação e qualificação básica do solo, bem como os parâmetros para a ocupação do território.

O PDU é um instrumento de planeamento que rege a organização espacial de parte determinada do território municipal integrada no perímetro urbano, que exija uma intervenção integrada, desenvolvendo em especial, a qualificação do solo. Abrange total ou parcialmente, as áreas urbanas e periurbana de um núcleo de povoamento próximo, existente ou a criar.

O PD é também um instrumento de planeamento que define com detalhes os parâmetros de aproveitamento do solo de qualquer área delimitada do território municipal.

A elaboração e aplicação dos planos urbanísticos são da competência dos municípios que exprimem uma faceta importante da autonomia das autarquias locais no domínio do planeamento urbanístico.

**3. Instrumentos de política sectorial;** estes instrumentos programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial, determinando o respectivo impacte territorial. Inclui os Planos Sectoriais de Ordenamento do Território (PSOT). São elaborados pelos diversos sectores de administração central e aprovados pelo governo.

Os PSOT abrangem designadamente os domínios dos transportes, das comunicações, da energia e recursos geológicos, da educação e da formação, da cultura, da saúde, da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio e indústria, das florestas e do ambiente. São elaborados pelos diversos sectores da administração central e aprovados pelo governo depois de consultadas as autarquias locais abrangidas.

**4. Instrumentos de natureza especial,** de natureza regulamentar, que estabelecem meios específicos de intervenção para a prossecução de objectivos particulares de interesse nacional ou regional.

Neste domínio entram os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). Este instrumento de planeamento é elaborado pela administração central, que estabelece um quadro espacial de um conjunto coerente de actuação com impacte na organização do território. As autarquias locais abrangidas intervêm na sua elaboração e execução, e a sua aprovação é da competência do Conselho de Ministros.

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território devem ter em conta os planos urbanísticos e intermunicipais existentes para a sua área de influência e obrigam a adequação destes em prazo a estabelecer por acordo com as câmaras municipais.

Dentro desta figura encontramos os seguintes planos:

- Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas ou outros espaços naturais de valor cultural, histórico ou científico;
- Planos de Ordenamento das Zonas Turísticas Especiais ou Zonas Industriais;
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira;

## — Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas.

Em termos teóricos Cabo Verde não se encontra “muito atrasado” em matéria de ordenamento do território e planeamento urbanístico. As lacunas no ordenamento do território e urbanismo não estão propriamente associadas à inexistência de regulamentos (quadros normativos), mas sim relacionadas com a falta de eficácia na implementação e execução dos instrumentos com a tradução prática no território. A própria debilidade técnica, sem profissionais com conhecimentos adequados nas políticas de ordenamento do território, faz com que a ocupação do solo não seja feita de forma sustentável.

Para ordenar o território não basta ter os instrumentos de gestão territorial, é imprescindível e necessário a articulação entre os diversos planos e entre estes e as políticas de desenvolvimento económico, social e territorial.

Da mesma forma que a participação pública no processo de planeamento é muito importante. Os cidadãos têm o direito e o dever de participar na definição, elaboração, execução e fiscalização do cumprimento dos instrumentos de gestão territorial através dos órgãos competentes da Administração central, regional e local, de outras pessoas colectivas de direito público e de pessoas e entidades privadas.

Num contexto de ausência de um processo de planeamento e falta de preparação dos técnicos das instituições, as autoridades recorrem aos estrangeiros (por exemplo, a Cooperação Austríaca) para a elaboração de planos, principalmente os planos de desenvolvimento urbano (PDU). A elaboração e a execução destes instrumentos de gestão territorial não se articulam devido à ausência dos “autores/produtores” no momento da implementação dos planos. Estes, mesmo quando aprovados pelos municípios, muitas vezes acabam por perder os efeitos desejados, uma vez que as realidades que foram tomadas em consideração para a elaboração dos planos, já não são as que existem no momento da sua execução.

## 4. Território e População de Cabo Verde

### 4.1 Enquadramento Geográfico e Divisão Administrativa

O arquipélago de Cabo Verde (figura 1), com capital na Cidade da Praia (Ilha de Santiago) tem uma superfície de 4033 km<sup>2</sup>. Situa-se a Oeste do Continente Africano, em pleno Oceano Atlântico, a uma distância de cerca de 455 km da Costa de África, entre os paralelos 15° e 17° de latitude Norte e as longitudes de 22°41 e 25°22 Oeste de Greenwich.



Fonte - [www.marceneiros.blogspot.com](http://www.marceneiros.blogspot.com)

Figura 1: Localização geográfica de Cabo Verde

O arquipélago é constituído por 10 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e 8 ilhéus (Branco, Raso, Grande, Luís Carneiro, Cima, Rombo ou Secos, Sapado e Rei), dispondo de um espaço marítimo exclusivo de mais de 600000 km<sup>2</sup>. As ilhas dividem-se em dois grupos, consoante a sua

posição geográfica relativamente aos ventos dominantes: barlavento, do lado que sopra o vento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Branco e Raso) e sotavento, do lado oposto ao vento (Brava, Fogo, Santiago, Maio e os ilhéus Grande, Luís Carneiro, Cima, Rombo ou Secos, Sapado e Rei). A superfície terrestre é de 4033 km<sup>2</sup>, reduzindo a ilha de Santa Luzia que não é habitada, a superfície da parte habitada é de 3985 km<sup>2</sup>. Todas as ilhas são de origem vulcânica, encontrando-se ainda hoje, no arquipélago, um vulcão em actividade, na ilha do Fogo, conhecido pelo Pico do Fogo.

Em termos morfológicos, são ilhas muito montanhosas, com terrenos muito irregulares, à excepção das ilhas de Sal, Boavista e Maio. Relativamente à costa tanto podemos encontrar encostas abruptas, como praias extensas de areia fina. Isto leva a que tenhamos ilhas com uma aparência semi-desértica e outras que nos deslumbram pelas suas paisagens de vegetação exuberante.

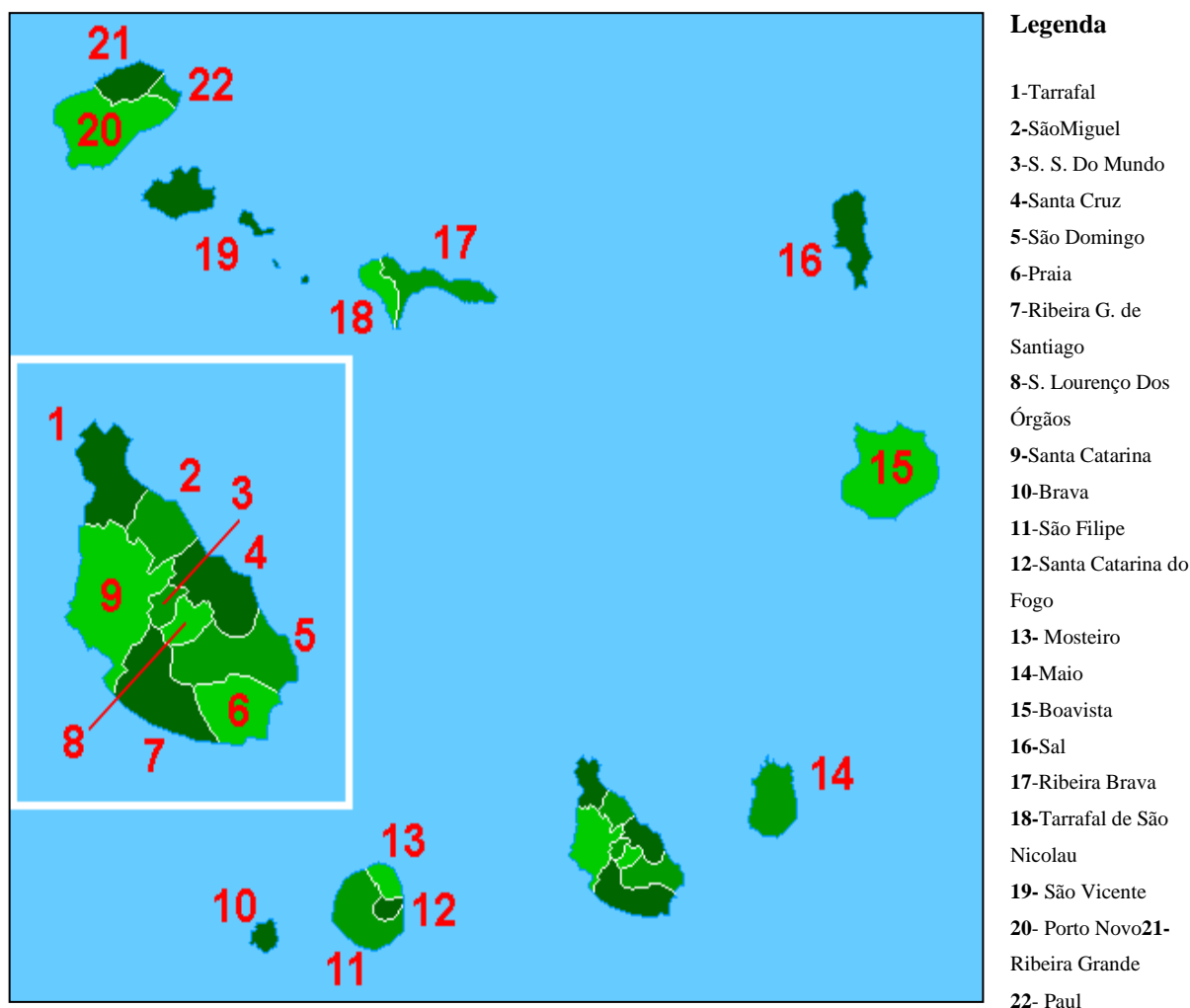
Estas ilhas do arquipélago de Cabo Verde têm identidade geofísica diversa e em termos da sua topografia, poderão ser divididas em dois grupos: as montanhosas, caracterizados por vales espectaculares que correm entre elevações rochosas e as planas (ilhas do Sal, da Boavista e do Maio), rodeadas de extensas praias de areia fina.

Os pontos de maior altitude estão situados na ilha do Fogo (o Pico, com 2829 metros), em Santo Antão (o topo da coroa, com 1979 metros) e em Santiago (o Pico da Antónia e a Serra da Malagueta, com altitudes que variam entre 1280 e 1373 metros).

Em termos geológicos, a estrutura vulcânica das ilhas são evidentes à superfície, e continua intacta nas profundezas das águas. Nos casos das ilhas do Sal, Boavista e Maio, a topografia vulcânica sofreu forte erosão ao longo dos tempos por causa dos ventos.

No plano administrativo, o arquipélago era constituído por três cidades: Mindelo, Praia e Assomada e têm vinte e dois conselhos, dos quais fazem parte: Tarrafal, São Miguel, São Salvador do Mundo, Santa Cruz, São domingos, Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina, Brava, São Filipe, Santa Catarina do Fogo, Mosteiros, Maio, Boavista, Sal, Ribeira Brava, Tarrafal de São Nicolau, São Vicente, Porto novo, Ribeira Grande e Paul (figura 2).

Com a aprovação da nova lei que atribui todas as sedes do município a categoria de cidade, a partir de 2 de Setembro de 2010 passamos a ter 23 cidades em Cabo verde.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Figura 2: Divisão administrativa das ilhas de Cabo Verde

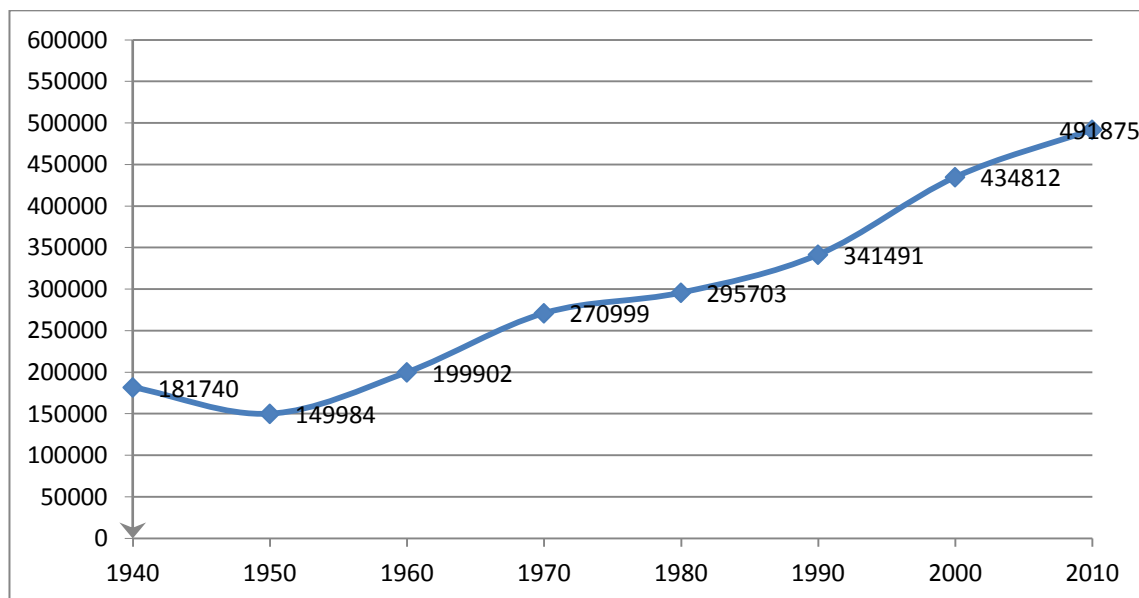
## 4.2 Evolução da População

A situação demográfica do país está influenciada tanto pelos aspectos geográficos como pelas condições socio-económicas, que são factores que condicionam o crescimento e a evolução demográfica. Os factores responsáveis pela evolução demográfica em Cabo Verde continuam a ser natalidade, mortalidade e os fenómenos migratórios.

No período de 1940 a 1950, registou-se um decréscimo da população devido ao período de seca, fome e também devido a emigração que abalou o país na primeira metade do século XX. A partir deste período, a população Cabo-verdiana teve sempre um crescimento contínuo, embora não seja com o mesmo ritmo (figura 3).

No início do século XX, a população residente no território nacional era cerca de 150 mil habitantes, sendo 67 mil do sexo masculino e 81 mil do sexo feminino. Entre 1960 e 1970, a população residente passou de 199 mil para 271 mil habitantes.

Após a independência em 1975, a população passou de 296 mil para 341 mil habitantes em 1980 e 1990 respectivamente.



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Figura 3: Evolução da população de Cabo Verde no período de 1940-2010

Actualmente o ritmo de crescimento da população Cabo-verdiana tem diminuído, o que é comprovado pelos resultados do Censo 2010.

Quadro 1: População Residente em Cabo Verde (1940-2010)

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Nº Habitantes	181740	149984	199902	270999	295703	341491	434812	491875
Evolução (%)	-	-17,5	+33,3	+35,6	+9,1	+15,5	+27,3	+13,1

Fonte: Elaboração própria com base em INE



A sua população cresceu de 434 812 habitantes em 2000, para 491 875 habitantes em 2010 (quadro 1).

A diminuição do ritmo de crescimento da população em Cabo Verde no período de 2000 a 2010 pode ser explicada pelas seguintes causas: os progressos no domínio da saúde reprodutiva, o que reduziu consideravelmente a taxa de natalidade, os métodos contraceptivos que se encontram ao alcance de todos no território nacional; o nível de instrução das mulheres é cada vez mais elevado, frequentando o ensino superior, logo a maternidade fica planeada para mais tarde; os casais têm cada vez menos filhos, uma vez que preocupam muito com a educação dos seus filhos e as populações continuam a emigrar para as mais diversas latitudes embora num ritmo muito lento.

A redução da taxa de fecundidade é um dos aspectos que tem contribuído para o decréscimo da taxa de crescimento natural da população no período de 2000 e 2010. Este indicador tem registado nos últimos anos uma tendência claramente decrescente. O índice sintético de fecundidade<sup>2</sup> (ISF) atingiu 7,5 filhos por mulher em idade fértil no ano de 1970. Este valor tende a diminuir registando 6,3 em 1960; 5,6 em 1995; 4 em 2000 e 2,8 em 2010.

Por outro lado importa referir que a taxa bruta de natalidade em Cabo Verde tem diminuído ao longo dos anos. No período de 1980 apresenta uma taxa de 40‰, baixando em 1990 para uma taxa de 37,8‰, e em 2010 fixou-se em 25,9‰ (quadro 2).

Quadro 2: Evolução da Taxa Bruta de Natalidade (TBN) em Cabo Verde

<b>Anos</b>	1980	1990	2000	2010
<b>TBN</b>	40‰	37,8‰	29,2‰	25,9‰

Fonte: Elaboração própria com base em INE

A taxa de natalidade em Cabo Verde apresenta uma tendência decrescente, e certamente vai atingir valores tão baixos como é caso dos países desenvolvidos que apresentam uma taxa de natalidade cada vez mais reduzida.

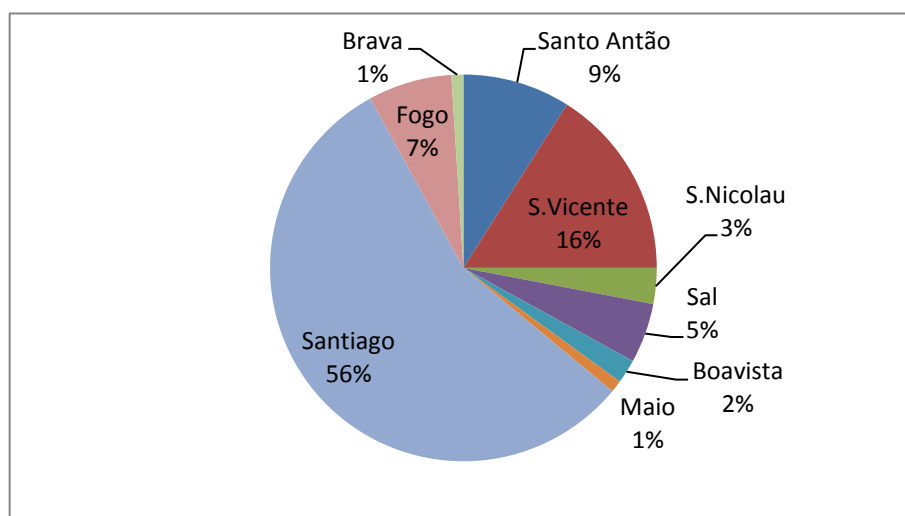
---

<sup>2</sup> O Índice Sintético de Fecundidade representa o número médio de crianças vivas por mulher em idade fértil (15 e os 49 anos).

O custo de vida no país está cada vez mais elevado, os pais preocupam-se bastante com a educação e o futuro dos filhos, e esta questão “obriga” os casais a terem cada vez menos filhos.

#### 4.3 Distribuição da População

Segundo os resultados do Censo 2010 (figura 4), a ilha de Santiago é aquela que alberga o maior quantitativo populacional representando 56% da população Cabo-verdiana. Nesta ilha, o concelho da Praia, capital do país, é o mais povoado, albergando um quarto da população total do país, ou seja, cerca de 27% da população de Cabo Verde. São Vicente ocupa o segundo lugar, com 16% da população do país. A ilha de Santo Antão ocupa o terceiro lugar representando 9% da população. De seguida temos a ilha do Fogo com 7% da população. As restantes ilhas (Sal, Boavista, Maio e Brava) representam 8% da população Cabo-verdiana.



Fonte: Elaboração própria com base em INE

Figura 4: Distribuição da população de Cabo Verde por ilhas, em 2010

Quadro 3: Distribuição da população de Cabo Verde por concelho, segundo o meio de residência, em 2010

Concelho	Urbano (%)	Rural (%)	Total (%)
Ribeira Grande	24,5	75,5	100
Paúl	18,1	81,9	100
Porto Novo	52,7	47,3	100
São Vicente	92,6	7,4	100
Ribeira Brava	24,9	75,1	100
Tarrafal de São Nicolau	71,9	28,1	100
Sal	92,5	7,5	100
Boa Vista	59	41	100
Maio	42,9	57,1	100
Tarrafal	33,3	66,7	100
Santa Catarina	27,8	72,2	100
Santa Cruz	35,1	64,9	100
Praia	97,1	2,9	100
São Domingos	18,7	81,3	100
Calheta de S. Miguel	27	73	100
S. Salvador do Mundo	16,2	83,8	100
S. Lourenço dos Órgãos	23	77	100
R.Grande de Santiago	14,6	85,4	100
Mosteiros	37,8	62,2	100
São Filipe	36,6	63,4	100
Santa Catarina do Fogo	12,4	87,6	100
Brava	18,8	81,2	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>61,8</b>	<b>38,2</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em INE

Relativamente à repartição da população por meio de residência, constata-se actualmente que o meio urbano<sup>3</sup> alberga cerca de 62% da população, contra os 38% que vivem no meio rural<sup>4</sup>. Em Cabo Verde, cada vez temos um maior quantitativo populacional a viver no meio urbano, facto explicado pela falta dos recursos e um fraco desenvolvimento dos espaços rurais. A função principal destes espaços é a agricultura e a criação de gado, actividades que estão directamente dependentes das chuvas, que é muito irregular e escassa neste país. A população desloca-se para o meio urbano com o intuito de encontrar melhores condições de vida.

No que diz respeito à distribuição da população por concelho segundo o meio de residência (quadro 3), o concelho da Praia destaca-se uma vez que 97% da sua população vive no meio urbano. Praia é o concelho que representa um grau de atractividade mais elevado do país uma vez que ali concentram os principais serviços e todos os órgãos da soberania nacional. As populações dos restantes concelhos da ilha e mesmo das outras ilhas tendem-se a deslocar para a área urbana do concelho da Praia.

Em segundo lugar, encontra-se o concelho de São Vicente. Cerca de 93% da sua população vive no meio urbano e 7% no meio rural. A ilha de São Vicente ocupa sempre o segundo lugar a seguir à ilha de Santiago, uma vez que nesta ilha encontramos quase todos os serviços existentes na capital do país, o que gera empregos na área urbana, atraindo a população para o centro.

Sal é também um concelho com grande percentagem de população urbana: cerca de 93% da sua população encontra-se no meio urbano. Esta ilha desenvolveu-se em estreita ligação ao turismo. A actividade principal da ilha é o turismo, que se desenvolveu bastante nos últimos anos. O concelho de Tarrafal de São Nicolau, também se destaca, representando cerca de 72% da população urbana e 28% da população rural. Boavista apresenta 59% da população urbana e 41% da população rural. Porto Novo apresenta 53% da população urbana e 47% da população a viver no meio rural. Os restantes concelhos (Ribeira Grande, Paúl, Ribeira Brava, Maio, e Tarrafal de Santiago) são concelhos em que a população rural é superior à população urbana.

---

<sup>3</sup> Meio Urbano é a porção do território Nacional constituído pelo conjunto de cidades e vilas do país. No plano administrativo, as cidades e as vilas estão divididas em bairros.

<sup>4</sup> Meio Rural inclui toda a parte do território situado fora do perímetro urbano, e é composto por zonas.

#### 4. 4 Estrutura Etária

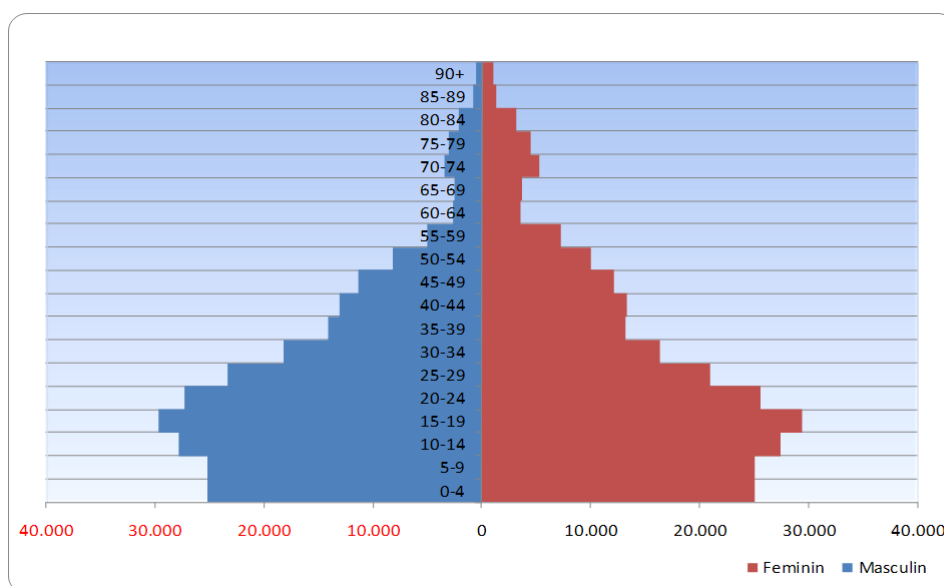
Cabo Verde apresenta uma população bastante jovem. A idade média é de 26,8 anos e 50% da população tem menos de 22 anos. Cerca de 32% da sua população encontra-se no grupo dos zero aos catorze anos, e 62% tem entre os quinze e os sessenta e quatro anos. A população com mais de sessenta e cinco anos representa uma percentagem muito baixa, cerca de 6% (quadro 4).

Quadro 4: Distribuição da população de Cabo verde por grupos etários principais, em 2010

<b>Grupo Etário</b>	<b>%</b>
0 - 14	31,7
15 -64	61,9
65 e + anos	6,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em INE

A pirâmide etária da população (figura 5), apresenta uma base relativamente larga, o que está de acordo com os indicadores acima referidos. O facto da base da pirâmide ter-se apertado na faixa etária que vai dos zero aos 9 anos, poderá ser explicado pelo facto da redução da taxa de natalidade. Na faixa dos 15 aos 69 anos, a pirâmide apresenta um equilíbrio para ambos os sexos. Observa-se na faixa dos 60 aos 69 anos uma redução do número de efectivos. Este facto poderá ser explicado pelo período de fome de 1947 em que houve uma sobre-mortalidade de crianças e também devido à emigração. O topo da pirâmide apresenta um número de efectivos muito reduzido para ambos os sexos.



Fonte: INE

Figura 5: Pirâmide etária da população Cabo-verdiana (2010)

#### 4.5 Geoeconomia

Do ponto vista económico, o país é fortemente condicionado pelos recursos naturais. Os mais relevantes são a agricultura e a riqueza marinha do arquipélago, sendo que o primeiro é frequentemente afectado por secas. A agricultura é prejudicada pela falta de chuvas regulares e está restrita a apenas quatro ilhas (Santo Antão, Santiago, Fogo e São Nicolau).

Cabo Verde possui uma área cultivada inferior a 25% do seu território e um clima caracterizado por prolongados períodos de secas. A precipitação média anual não excede os 300 mm, concentrada em poucos dias o que origina uma precipitação de tipo torrencial, que leva a que nalgumas ilhas (Santo Antão, Santiago, Maio, São Vicente e São Nicolau) o balanço hidrológico seja negativo.

O recurso terra foi desde sempre, a seguir ao recurso água, o factor que mais limita o desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde. A enorme pressão sobre a terra cultivável torna-se mais extrema nos anos em que chove muito, em que há recarga dos lençóis freáticos e a existência de águas superficiais durante uma boa parte do ano, que estimulam a prática da agricultura irrigada.

Uma vez que apenas 10% das necessidades alimentares do país em cereais, raízes e tubérculos são cobertos pela produção nacional, o país depende fortemente das importações.

O bem-estar da população Cabo-verdiana depende da agricultura, principalmente da evolução da produção do milho e do feijão pedra e feijão congo, que constituem a base da alimentação da população de Cabo Verde. Uma grande parte de produção agrícola é realizada em regime de sequeiro e de subsistência familiar.

Relativamente à pesca, a contribuição do sector para a balança comercial tem decrescido bastante devido ao fraco desenvolvimento desta actividade. Os factores que estão na base deste fraco desenvolvimento são os seguintes: baixo nível de qualificação profissional; insuficiências qualitativas e quantitativas das embarcações e equipamentos; deficientes circuitos de comercialização; limitada capacidade do sector empresarial; insuficiência de infra-estruturas de apoio e insipiência das indústrias.

De acordo com o INE (2010), a população activa Cabo-verdiana é representada por 56% de indivíduos do sexo masculino e 44% de sexo feminino e no que diz respeito à inactividade é o sexo feminino que apresenta valores mais elevados (61%) em comparação com o sexo masculino (39%).

Relativamente à distribuição da taxa de desemprego (quadro 5), Cabo Verde apresenta uma taxa de 10,7 %.

Na distribuição do desemprego por concelho, os valores mais elevados registam-se em São Vicente, apresentando uma taxa de 14,8%. De seguida, encontramos o concelho da Praia com uma taxa de desemprego de 11,3%. O concelho de Paúl, Sal, Tarrafal, Santa Cruz e Calheta de São Miguel apresentam respectivamente as taxas de 10%, 10,8%, 10,1%, 10,9%, 10,6.

Em relação à distribuição do desemprego por sexo, verificamos que as taxas de desemprego são mais elevadas nas mulheres (12,1%) do que nos homens (9,6%) e o meio urbano apresenta uma taxa mais elevada que o meio rural.

Quadro 5: Distribuição da taxa de desemprego em Cabo Verde, por concelho, em 2010

Concelho	Taxa desemprego (%)		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Ribeira Grande	5,9	10,2	7,3
Paul	7,8	14,4	10,0
Porto Novo	9,9	9,9	9,9
S. Vicente	14,2	15,7	14,8
Ribeira Brava	4,8	4,5	4,7
Tarrafal de S. Nicolau	8,2	11,6	9,4
Sal	8,8	13,8	10,8
Boavista	4,9	7,3	5,7
Maio	6,5	10,4	8,3
Tarrafal	8,4	11,6	10,1
Santa Catarina	9,4	10,4	9,9
Santa Cruz	9,4	12,6	10,9
Praia	10,1	12,7	11,3
S. Domingos	8,2	9,4	8,8
Calheta de S. Miguel	10,0	11,1	10,6
S. Salvador do Mundo	4,0	5,3	4,6
S. Lourenço dos Órgãos	8,6	10,2	9,4
Ribeira Grande de			
Santiago	6,7	9,5	8,0
Mosteiros	6,3	7,3	6,7
S. Filipe	7,9	9,9	8,7
Santa Catarina do Fogo	5,4	8,0	6,4
Brava	8,7	11,0	9,6
Total	9,6	12,1	10,7

Fonte: INE



## 5. Município de Santa Catarina

### 5.1 Localização e Características Geográficas

O concelho de Santa Catarina localiza-se na parte central da ilha de Santiago (figura 6), entre as latitudes 15°50 N e 15°12 N e a uma altitude média de 500 metros acima do nível médio da água do mar. Santa Catarina é um dos nove concelhos que compõem a ilha de Santiago (Praia, Ribeira Grande de Santiago, Santa Cruz, São Domingos, Lourenço dos Órgãos, São Miguel, São Salvador do Mundo e Tarrafal). Faz fronteira a Norte com o concelho do Tarrafal, a Nordeste com o de São Miguel, a Este com o de Santa Cruz e a Sul com o concelho de Ribeira Grande.

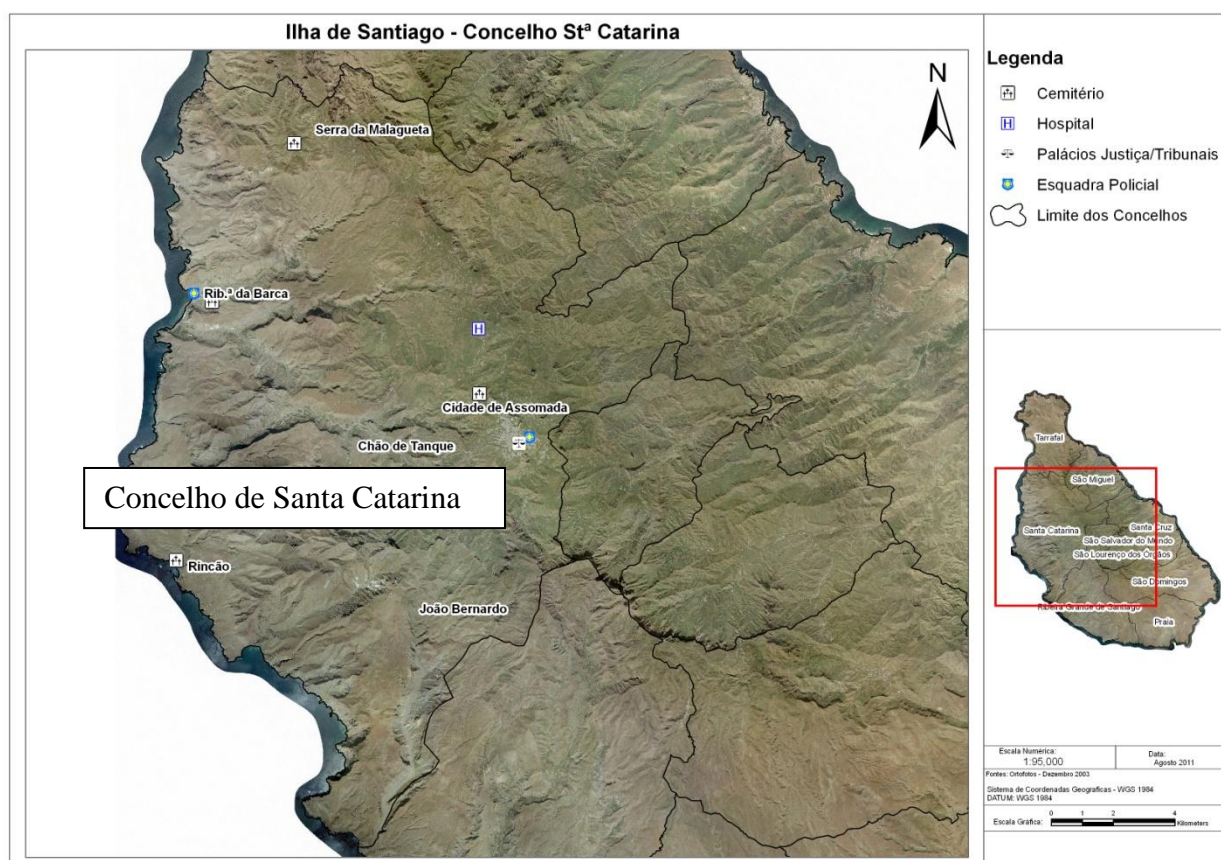
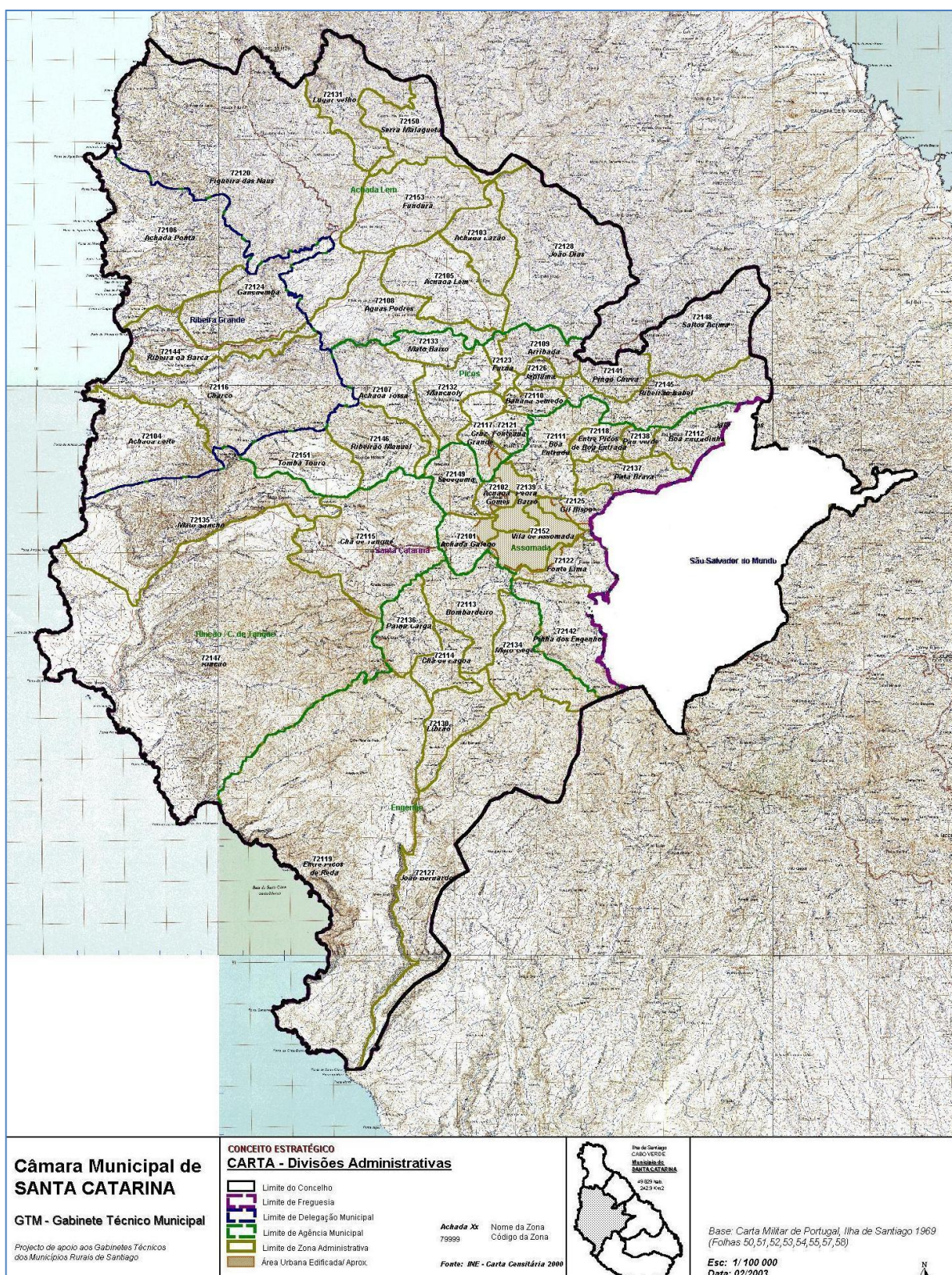


Figura 6: Localização geográfica do concelho de Santa Catarina (Santiago, Cabo Verde)





Fonte: Plano Director Municipal de Santa Catarina (2010)

Figura 7: Localização geográfica das Zonas do Concelho de Santa Catarina



Como já referimos, Santiago é a maior ilha e onde se encontra a capital do país (Cidade da Praia). Alberga todos os órgãos de soberania e é o maior centro de negócios de Cabo Verde.

Em termos administrativos, o concelho de Santa Catarina é constituído por uma freguesia, designada pela freguesia de Santa Catarina. De acordo com o código geográfico editado pelo Instituto Nacional da Estatística em 2010, o Concelho é constituído por 51 zonas (figura 7 e quadro I – em anexo). Estas 51 zonas por sua vez subdividem-se em 679 lugares. O concelho é essencialmente rural, excepto a cidade de Assomada que é a única zona urbanizada.

## 5.2 Dinâmica Demográfica

Segundo o Censo 2000 residiam 50 304 habitantes em Santa Catarina. Actualmente residem no concelho cerca de 60 000 habitantes representando 21% da população da ilha de Santiago e 12% da população do país.

Quadro 6: Evolução da população residente do concelho de Santa Catarina, em 1940-2010

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Nº de Habitantes	26848	19428	30207	41462	41012	41584	50304	60369
Evolução (%)	-	-27,6	+55,5	+37,3	-1,1	+1,4	+21,0	+20,0

Fonte : Elaboração própria com base em INE

A evolução da população residente no concelho de Santa Catarina (quadro 6) tem sido feita com grandes flutuações demográficas relacionadas sobretudo com factores de natureza climática. Os períodos de secas cíclicas têm levado a momentos de crescimento negativo (1940-1950 e 1970-1980) e a momentos de quase estagnação (1980-1990). Porém, as últimas duas décadas revelam um elevado crescimento demográfico (41584 habitantes em 1940; 60369 habitantes em 2010), com taxas decenais de 20 e 21%, respectivamente.

Em relação à estrutura etária, a população caracteriza-se por um índice de juventude elevado, para cada 100 idosos existem 683 jovens.

O quadro 7 demonstra que o concelho de Santa Catarina é extremamente jovem, com cerca de 65 % da população com menos de 25 anos.

Quadro 7: População residente em Santa Catarina, por grupos etários, em 2007

População Residente	%
Menores de 15 Anos	39,2
Menores de 25 Anos	64,8
15-64 Anos	53,1
65 e mais Anos	7,70

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2007)

Santa Catarina é um concelho essencialmente rural. A agricultura e a criação de gado, actividades dependentes das chuvas, são elementos essenciais para o desenvolvimento de Santa Catarina. Por outro lado, nota-se uma tendência para o crescimento da população urbana e uma redução da população rural. O espaço rural tem perdido a sua população que se desloca para os centros concelhios e para o estrangeiro à procura de melhores condições de vida.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística em 1990, o urbano correspondia a 7% da população do concelho, contra os 93% da população residente no meio rural. Em 2000 já o urbano correspondia a 15% e o rural representava 85%. Em 2010 temos 29% da população em meio urbano e 71% da população em meio rural (quadro 8).

Quadro 8: População residente no concelho de Santa Catarina, segundo o meio de residência, em 1990-2010

Anos	População Residente				
	Urbano	%	Rural	%	Total
1990	3 114	7	38 470	93	41 584
2000	7 301	15	43 003	85	50 304
2010	17 507	29	42 861	71	60 368

Fonte: Elaboração própria com base em INE

É evidente uma tendência clara para a diminuição da população rural. As entidades competentes devem pensar no território rural, de modo a fixar a população e a desenvolver e levar algum conforto ao mundo rural.

No caso do concelho de Santa Catarina, onde o meio urbano é essencialmente a Cidade de Assomada (local este com um espaço relativamente reduzido para receber tanta população), foi muito estratégico descentralizar diversos serviços para os espaços suburbanos que no futuro vão ser ligados ao centro da cidade, formando uma área urbana mais alargada.

No quadro II (em anexo), constata-se que algumas das zonas do espaço rural têm perdido o seu quantitativo populacional em prol daquelas que se apresentaram mais dinâmicas e mais atractivas.

No período de 2000 a 2008, as aldeias de Achada Lazão e Lugar Velho perderam todo o seu quantitativo populacional. Uma vez que a agricultura perdeu o seu peso, actualmente estes espaços não conseguem atrair a população para se fixar nestes lugares.

Além das causas do despovoamento já referidas, muitas aldeias que continuam a perder a sua população são zonas distantes do centro urbano, com um fraco desenvolvimento. Há carência de água potável, energia eléctrica, estradas e infra-estruturas básicas para um normal desenrolar do dia-a-dia.

As zonas que perderam a sua população são essencialmente zonas rurais, com um baixo grau de desenvolvimento. Por outro lado, as que ganharam população são zonas também

rurais, mas com um nível de desenvolvimento mais elevado. Situam-se nas proximidades das vias de comunicações.

A cidade de Assomada é aquela que ganhou um maior quantitativo populacional (quadro II), na ordem dos 10% no período em análise. Portanto, em 2008, apresentava 12774 habitantes (valor que corresponde a 27,2% do total de população residente no município de Santa Catarina).

### **5.3 Estrutura Económica**

Na caracterização económica, o elemento a considerar é a situação da população relativamente à actividade económica. Nesta perspectiva surge sempre o desemprego. Em todas as sociedades, sejam elas desenvolvidas ou não, encontramos este tipo de problemas com reflexos negativos na sociedade em geral.

Relativamente à população residente segundo a faixa etária e a sua situação perante a actividade económica no concelho de Santa Catarina, os dados do Censo 2000 confirmam um total de 33 784 habitantes na faixa etária dos 10 aos 65 anos. Neste quantitativo cerca de 1 946 encontravam-se desempregados (6%), 17 043 empregados (50%) e 14 559 inactivos (43%)

Uma década depois, de acordo o Censo 2010, os resultados apontam para o total de 13464 habitantes a fazerem parte da população activa ocupada, 13364 inactivos (valor ligeiramente mais baixo que no Censo 2000) e 1474 desempregados (correspondente a uma taxa de desemprego de 10%).

A cidade de Assomada, ponto central do concelho é um dos centros onde se desenrola uma grande parte da actividade comercial da ilha de Santiago, recebendo todas as quartas feiras e sábados, comerciantes de toda a ilha, para a troca de produtos provenientes de todos os concelhos da ilha de Santiago.

Apesar da cidade de Assomada assumir uma grande importância em termos comerciais, não se pode esquecer que o concelho (apesar de ocupar uma posição geográfica estratégica) é uma região rural, composta por 51 zonas rurais com excepção da Cidade de Assomada, a única zona urbana. As economias locais assentam nas actividades agro-pecuárias.

### **5.3.1 Agricultura e Pecuária**

No concelho de Santa Catarina localiza-se a maior área do sequeiro do país. A área cultivada, bem como as produções variam de ano para ano, dependendo das quedas pluviométricas ao longo do período de chuvas (Julho a Outubro).

A agricultura é de baixo rendimento, caracterizada pela produção agrícola no regime de sequeiro e de regadio. O regime de regadio, com baixa produtividade é tendencialmente voltado para o mercado; por outro lado, temos a cultura de sequeiro com baixas produtividades de milho e feijão devido às irregularidades das chuvas. A produção é essencialmente para o consumo das famílias.

A agricultura de regadio poderá ser uma actividade de alto rendimento no concelho com a construção de barragens e reservatórios para conservar a água das chuvas.

Relativamente à pecuária, o concelho tem maior potencial segundo os dados do Recenseamento Geral Agrícola em 2004. A criação de animais é uma fonte de rendimento de muitas famílias. A espécie dos suínos é aquela onde encontramos o maior quantitativo. Quase em todas as famílias das zonas rurais encontramos esta espécie. De seguida, encontramos a espécie dos caprinos e a espécie das aves.

### **5.3.2 Pesca**

A pesca no concelho de Santa Catarina é praticada principalmente na zona de Ribeira da Barca e Rincão. É de carácter artesanal e limitada às zonas costeiras. A pesca depende muito das condições climáticas, e os pescadores estão fortemente condicionados uma vez que os barcos se encontram mal equipados. Dispõem de poucos equipamentos, os botes são de pequeno porte e com pouca segurança para pescar no alto mar. Muitos pescadores já perderam a vida, facto pelo qual muitos não se arriscam “mergulhar” na profissão de pescador. Deste modo, o número de botes e de pescadores tem vindo a diminuir em Santa Catarina.



Fonte: [www.embcv.pt](http://www.embcv.pt)

Figura 8: Comércio de peixe no mercado de Assomada

Em termos de armazenamento e conserva do pescado, tanto em Rincão como na Ribeira da Barca, as condições são precárias, uma vez que os equipamentos existentes não se encontram em funcionamento há muitos anos.

A comercialização do pescado é feita pelas mulheres, que levam o pescado para o mercado da Cidade de Assomada (figura 8).

No entanto, a pesca não deixa de ser uma actividade de muita importância para o concelho. As entidades competentes devem investir no sector, criar condições e garantir a segurança para os pescadores, e investir na conserva do pescado.

Em Cabo Verde, quando a quantidade do pescado é muito elevado, o peixe é transportado para as diversas localidades para a venda (figura 9). A quantidade de peixe que não foi vendido acaba por ser deitada no lixo, uma vez que o sistema de conserva é muito deficiente.





Fonte: [www.portugalcaboverde.com](http://www.portugalcaboverde.com)

Figura 9: Transporte do pescado para a venda nas localidades

### **5.3.3 Indústria**

Em termos industriais o concelho de Santa Catarina ainda se encontra com fraca expressão. As actividades industriais estão relacionadas com a produção de ração para o gado, produção de blocos, cerâmica, carpintaria, marcenaria e panificação. São microempresas, com produções reduzidas. Importa referir que não há estatísticas sobre o número de empresas e números de empregados no concelho de Santa Catarina.

### **5.3.4 Artesanato**

O artesanato é uma actividade já com algum tempo de existência em Santa Catarina. As actividades mais comuns são a cerâmica, a cestaria e a tecelagem. O desenvolvimento destas artes decorre da transferência de conhecimentos das gerações mais antigas. As actividades artesanais podiam ter um outro ritmo de desenvolvimento se houvesse condições para tal, por exemplo uma escola de artes. Esta arte representa fortes traços da identidade cultural em Cabo Verde.



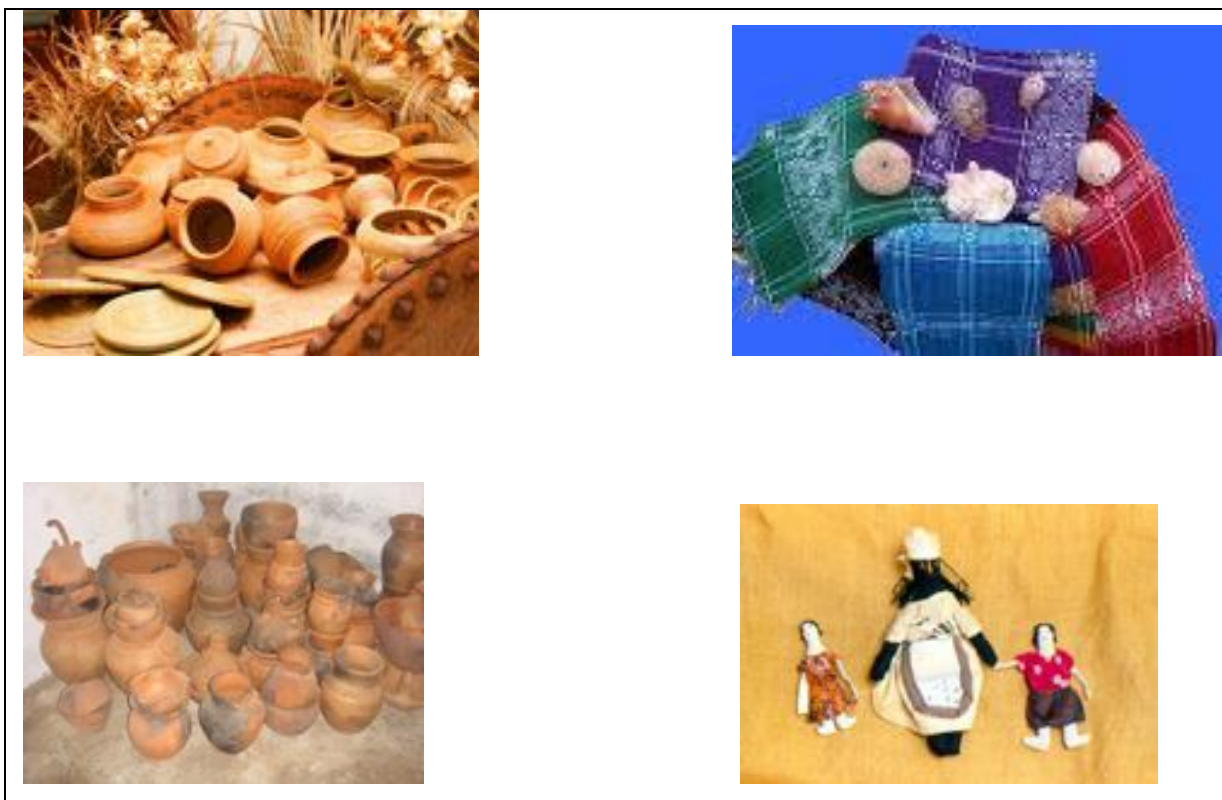
Fonte: Autora

Figura 10: Museu da Tabanca, na Cidade de Assomada (2011)



Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>

Figura 11: Objectos artesanais do Museu da Tabanca



Fonte: [www.africayou.net/artesanato](http://www.africayou.net/artesanato)

Figura 12: Objectos artesanais do Concelho de Santa Catarina

No concelho de Santa Catarina existe o Museu da Tabanca (figura 10), um espaço cultural, onde podemos encontrar os produtos artesanais (figuras 11 e 12). Esta actividade não gera muito rendimento em termos económicos (situação que decorre, em primeiro lugar, das limitações de mercado nomeadamente a reduzida procura deste tipo de produtos). Na época festiva do concelho, 25 de Novembro, por ocasião da festa de “Nha Santa Catarina”, encontramos a venda de alguns destes produtos artesanais. A população que pratica esta actividade, não o faz como actividade principal.

### 5.3.5 Comércio e Serviços

Este sector assume uma grande importância no desenvolvimento económico de Santa Catarina. Como já se tinha referido, o concelho é essencialmente rural; as actividades agro-pecuárias são de rendimento relativamente baixo, e não contribuem de forma relevante para o desenvolvimento económico do concelho.

Santa Catarina ocupa o segundo lugar no contexto regional, graças ao sector terciário. O sector comercial é muito forte e diversificado. A venda ambulante é o principal meio de abastecimento dos bens essenciais. No que diz respeito aos serviços, importa assinalar o Hospital Regional de Santiago Norte, de grande referência na ilha, a Universidade, o Instituto Pedagógico, e diversas agências bancárias. Por um lado, encontram-se vários estabelecimentos ocupados pelos bares, cafés e restaurantes, lojas, minimercados, mercearias, oficinas de carpintaria e marcenaria, salões de cabeleireiros, entre outros.

## **6. Evolução Urbana e Instrumentos de Planeamento em Santa Catarina e Assomada**

### **6.1 Génese e Evolução do Povoamento**

Para compreender como se iniciou e evolui o povoamento do concelho de Santa Catarina, é necessário fazer uma abordagem histórica do povoamento na ilha de Santiago.

Cabo Verde foi descoberto em 1460 pelos portugueses e foi povoado em 1462. A ilha de Santiago foi a primeira a ser habitada. No período de três séculos a capital do arquipélago foi a vila de Ribeira Grande, conhecida actualmente por Cidade Velha, um importante património no contexto histórico do país, reconhecido pela UNESCO, em 2009, como Património da Humanidade. Ribeira Grande tornou-se, ao mesmo tempo, o centro administrativo e religioso da África Ocidental.

Em 1533, a vila adquiriu o estatuto de cidade. Tudo girava em volta do porto de Ribeira Grande. Foi construída a Sé Catedral, o Paço Episcopal, o Seminário, o Hospital, os Conventos, a Casa da Câmara, a Prisão e algumas infra-estruturas privadas. Neste contexto, a cidade começou a sofrer com os sucessivos ataques dos piratas atraídos pelas riquezas geradas no local. A vulnerabilidade aos ataques dos piratas está na origem da decisão de transferir a capital para a vila da Praia de Santa Maria, em 1769. A prosperidade da cidade de Ribeira Grande e a recém criada vila da Praia de Santa Maria foi de curta duração devido às condições de insegurança que abalou a ilha.

Este período foi marcado também pela carência de água devido a uma sucessão de anos de seca, entre 1606 e 1611, e ainda a deslocação de população do litoral para o interior da ilha.

Segundo Correia e Silva (2004: 64), “muitos cidadãos, abandonaram as suas casas da cidade, para se fixarem no interior da ilha de Santiago”. Deste modo, o concelho de Santa Catarina, situado no interior da ilha de Santiago, era um local de grande atractividade, devido às suas características nomeadamente o clima ameno e a abundância de águas nas suas ribeiras.

A base da economia da ilha passou a ser a agricultura e a pecuária. As áreas preferidas para a população passaram a ser os fundos dos vales, onde a água era mais abundante e o clima mais favorável para a prática agrícola.

O concelho de Santa Catarina, com uma superfície aproximada de 214 km<sup>2</sup> apresenta um território muito diversificado, o que condicionou muito a sua ocupação. Com efeito, a ocupação dos terrenos foi condicionada pela sua morfologia e potencialidade agrícola.

Em 1912, a localidade de Assomada adquiriu o estatuto de sede de concelho de Santa Catarina. Deste modo, Assomada passou a ser um lugar procurado pelos comerciantes, funcionários, clérigos e os mendigos.

Segundo Correia e Silva (2004: 207), “ a cidade não vive de produção directa, o que a sustenta são os impostos, salários, lucros, dádivas etc. A sua expansão está na razão directa do crescimento da circulação das trocas e do comércio com o exterior.”

## **6.2 Dinâmica Urbana**

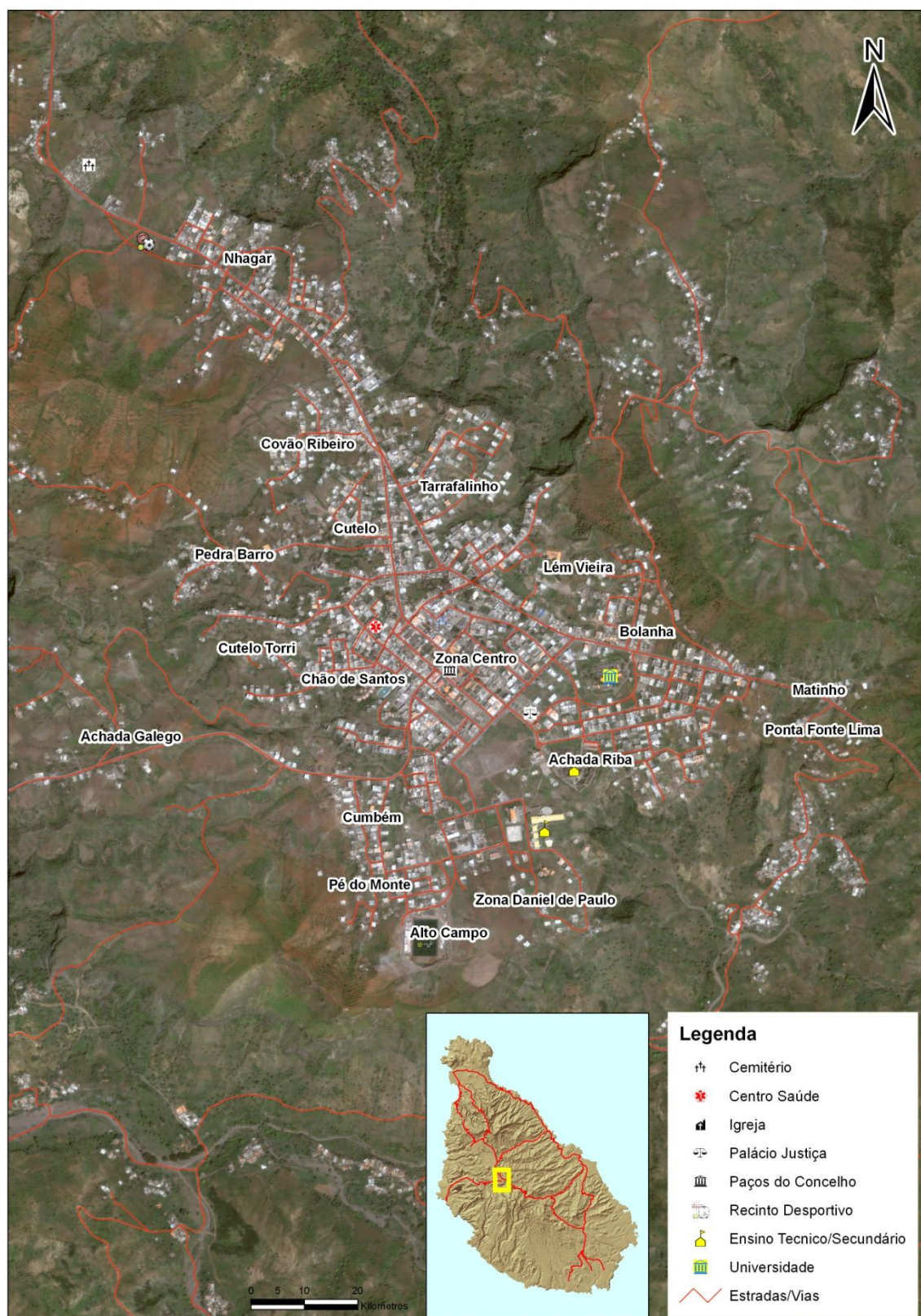
Com o desenvolvimento dos serviços e do comércio, a população urbana no concelho de Santa Catarina começou a aumentar e a tendência é a de intensificar cada vez mais o crescimento da população urbana.

No concelho observamos duas formas de povoamento: o povoamento disperso ou formado por pequenos agrupamentos de casas (raras vezes encontramos casas isoladas) e o povoamento concentrado, podendo identificar-se duas categorias em função da densidade e estilo de vida. Deste modo, temos a cidade de Assomada com uma forte densidade de ocupação do território (cerca de 80% de edificação em 2000), onde o modo de vida urbano é mais acentuado. Por outro lado, existem núcleos de povoamento concentrado, onde se identificam também espaços por ocupar entre as edificações. São essencialmente as ramificações da Cidade de Assomada (figura 13).

Actualmente a agricultura no concelho não é um factor de povoamento, facto comprovado pela pressão exercida sobre a Cidade de Assomada e as áreas de proximidade do centro da cidade. Constata-se uma tendência para a pressão humana sobre o solo urbano, e o seu uso de forma irracional. O espaço ocupado pelo perímetro urbano era muito restrito.

Em 2008, a cidade de Assomada albergava cerca de 27% da população de Santa Catarina, enquanto em 2000, era responsável por 17% da população residente no concelho. Portanto, é evidente um crescimento demográfico muito forte nas duas últimas décadas.





Fonte: Elaboração própria com base em imagem de satélite de Google Earth

Figura 13: Bairros do concelho de Santa Catarina

De acordo com as informações das Actas das Sessões Camarárias de Santa Catarina, na década de 90 (do século XX), havia um Gabinete Técnico sem recursos humanos e materiais. Os sectores da água e da energia eram bastantes deficitários. Na altura já se mencionava a intenção de elaborar um plano urbanístico para Assomada, que chegou a ser aprovado. Já se pensava na reserva de alguns lotes de terrenos para a construção de espaços verdes. A ideia era positiva, mas não se chegou a reservar terreno para os espaços verdes, e nem para os equipamentos sociais. Neste período foi construído o Mercado “Sucupira” destinado a feira de roupas que dinamizou bastante o comércio na Cidade. Também foram pavimentadas as ruas de Assomada.

O município de Vila Franca de Xira em Portugal deu a sua contribuição para Santa Catarina, oferecendo um estágio de curta duração no seu município para os técnicos de Santa Catarina no domínio do urbanismo.

No período de 1992/93, foi elaborado um plano urbanístico detalhado para a zona de Nhagar, que apresenta uma forte dinâmica de crescimento. Nessa altura foi elaborado um plano municipal de desenvolvimento com uma duração de 4 anos, com as seguintes áreas prioritárias: sanitários públicos; redes de esgotos e tratamentos de águas residuais; centro cultural; praças; parques infantis; bancos; seguros; pavimentação das ruas; nova central eléctrica; ginásio desportivo; cemitério; remodelação do mercado; cisternas; estradas; escolas primárias e profissionais, entre outras. Os objectivos destes planos não chegaram a ser concretizados devido às alterações políticas que marcaram o país (e foram acompanhadas de mudanças significativas na gestão do território). Desde a independência de Cabo Verde em 1975, o país passou a ser governado pelo regime de partido único até o período dos anos 90 em que foi estabelecido um regime democrático com as primeiras eleições livres no país. A partir deste momento, a realidade passou a ser diferente da primeira república em que o planeamento da economia era guiado por um plano rígido, ou seja, era orientado pelo sistema económico. Com a linha do programa do novo governo, introduziu-se um planeamento estratégico. Deste modo, o planeamento passou a ser um instrumento de orientação de forma a corrigir as assimetrias existentes, zelando pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2001, a vila de Assomada foi elevada à categoria de Cidade. Na altura a vila não reunia as condições em termos de infra-estruturas de base indispensáveis para a afirmação da cidade. Sem todas as condições socioeconómicas e culturais que tradicionalmente



caracterizam as cidades (europeias), a elevação de Assomada à categoria de cidade foi um desígnio estratégico orientado para a formação de uma dinâmica de desenvolvimento de Santiago Norte, enquanto região socioeconómica com grandes potencialidades de crescimento e de competitividade.

No período de 2001 a 2003 foi aprovado o plano urbanístico detalhado para a zona de Achada Riba, Lém Vieira e Bolanha (Bairros da cidade de Assomada), uma vez que estes Bairros se encontravam no auge do seu crescimento urbano.

Em Abril de 2005, foi elaborado o plano de desenvolvimento urbano de Achada Falcão, submetido para a consulta pública em Fevereiro de 2007.

Actualmente o espaço urbano do concelho de Santa Catarina é mais alargado e o modo de vida urbano é mais acentuado.

No Bairro de Achada Riba (figura 13), em meados dos anos 90 (século XX), o número de construções era muito reduzido, uma vez que as pessoas não tinham preferência para estes espaços. Notava-se algumas construções dispersas que no seu total nem chegava a uma dezena de casas.



Fonte: Autora

Figura 14: Prática agrícola no meio urbano (Achada Falcão, 2011)

Uma década e meia depois, este espaço é muito procurado e o terreno já se encontra ocupado na sua maioria por edificações. Podemos encontrar algum espaço livre, uma vez que a maior parte dos terrenos do espaço urbano são propriedades privadas. O preço do solo é muito elevado, e o poder de compra da população é muito reduzido. Estes espaços livres entre as construções são aproveitados para a prática da agricultura em períodos de chuvas, o que dá uma ideia clara de meio rural dentro do urbano (figura 14).

O preço do solo na cidade aumentou de forma muito significativa. Uma parte considerável dos terrenos de Assomada pertencia à Câmara Municipal de Santa Catarina. Esta instituição vende os terrenos aos interessados, dando prioridade às pessoas que têm ligação aos terrenos, ou seja, as pessoas que praticam a agricultura nestes terrenos.

O preço praticado pela Câmara ronda os 1000 escudos Cabo-verdianos por metro quadrado de solo urbano, o equivalente a 10 euros.

Por outro lado, a venda de terrenos através da iniciativa privada significa um custo final mais elevado e a meu ver exagerado. O preço praticado oscila entre 1000 e 2000 mil contos (10 a 20 mil euros) por lote de mais ou menos um lote de 150 m<sup>2</sup>. Neste caso, o preço de cada metro quadrado varia entre 6667 e 13333 escudos, ou seja entre 67 e 133 euros.

Esta diferença do preço entre os terrenos da Câmara Municipal e os terrenos dos particulares influencia muito a construção na Cidade. Este cenário vai influenciar a imagem da Cidade, uma vez que a prática agrícola continua a ser feita no espaço urbano. Muitas ruas que estão no plano para serem construídas não vão ser construídas, uma vez que os lotes já estão definidos, mas as casas ainda não estão construídas e muitas das ruas tem de ser construídas nos terrenos dos privados, que nem sempre fica fácil de negociar com os proprietários para cederem os terrenos. Encontramos casas entre lotes já definidos com acesso em péssimas condições devido ao problema acima referido.

De modo a ultrapassar o problema de pessoas que reservam os lotes que pertenciam à Câmara Municipal para negociar mais tarde, foi criada uma lei, em que os compradores de seus lotes (através da Câmara) não podem vendê-los sem comunicar à Câmara, que é o primeiro comprador do terreno. Infelizmente esta lei na prática não funciona.

Como sugestão apresento uma medida, em que os compradores ficam com um determinado tempo (limite) para construir, e sem o direito de vender o lote. Ultrapassado o tempo estipulado, se não iniciou a construção, a Câmara encontra um novo comprador para

o terreno, devolvendo o valor monetário ao antigo proprietário do lote. Deste modo, evita-se a possibilidade de existir lotes livres entre as construções aproveitados para a agricultura no centro urbano. Muitos dos residentes não constroem a sua própria casa devido ao custo muito elevado de um lote de terreno. Esta medida não vai servir para o centro da Cidade, uma vez que o problema encontra-se bem enraizado, mas nas zonas das periferias em que estão a surgir novos aglomerados, esta medida vai ajudar bastante, corrigindo os erros anteriores.

As licenças para a construção de edifícios configuram um elemento importante a analisar no estudo geográfico da evolução urbana. No caso concreto de Santa Catarina, o registo das licenças apresenta falhas importantes que dificultam o estudo. Não existe um critério bem definido para o registo das licenças de construção.

Em Cabo Verde, de um modo geral, as licenças são concedidas, mas a obra não fica finalizada, o que leva na maioria das vezes a uma renovação das licenças de construção.

Na cidade de Assomada a maioria das construções são investimentos dos emigrantes espalhados pelo mundo. Existem inúmeras construções inacabadas, porque os emigrantes constroem as suas moradias por etapas. Os edifícios podem levar muitos anos para chegar à fase do seu acabamento. A parte exterior dos edifícios fica muito tempo sem ser acabada e esta situação faz com que a cidade de Assomada tenha um aspecto cinzento.

Na matriz das licenças emitidas pela Câmara Municipal fica difícil fazer uma análise, uma vez que as licenças novas, a renovação das licenças, e qualquer tipo de trabalho relacionado com a obra, constam na mesma listagem. Por outro lado, as licenças não permitem identificar a tipologia da construção.

Até 2008 as licenças não eram informatizadas o que dificulta bastante a análise do material que já não se encontra em bom estado. Mesmo com a informatização, o lançamento das licenças de construção apresenta falhas incontornáveis que dificultam ou impossibilitam a sua utilização como fonte para o estudo da evolução urbana.

No ano de 1994, das 214 licenças de construção emitidas, são registadas para a zona de Assomada e Nhagar, um total de 125 licenças. As restantes licenças são registadas nas outras zonas do concelho, com referência para a zona de Achada Falcão, Achada Lem, Cruz Grande e Cabeça Carreira. Estas zonas situam-se numa rede viária importante que

liga Santa Catarina ao concelho do Tarrafal. Neste período, o urbano correspondia apenas ao espaço central da vila de Assomada.

Já em 2000, nota-se uma tendência para o alargamento do espaço urbano. As construções continuam a ser feitas no centro de Assomada, no bairro de Nhagar e Pedra Barros, mas também é evidente a importância crescente das construções nos bairros de Achada Riba, Cumbem, Covão Ribeiro, Portãozinho, Lém Viera, Tarrafalinho e Bolanha. Após este período, no Centro, os lotes para as construções tornam-se escassos e, deste modo, as áreas próximas (arredores) ganham um forte dinamismo (em que a procura aumenta cada vez mais).

Em 2006, o centro da Cidade quase não regista construções novas. Nota-se um forte dinamismo para o bairro de Achada Riba, Cumbém, Tarrafalinho e Bolanha.

Após este período, o espaço urbano de Santa Catarina não se alargou para além daquilo que já existia. A construção foi direccionada para os espaços livres que se encontram entre os edifícios. No caso concreto da zona de Nhagar, em que o seu crescimento era basicamente um alinhamento de construções que acompanha a rede viária, verificou-se um crescimento mais massificado, no sentido de configurar uma mancha urbana.

Em 2009 e 2010, as construções continuam a marcar nas zonas de Tarrafalinho, Achada Galego, Achada Riba, Pedra Barros, Bolanha, Nhagar, Achada Falcão e alguma tendência para a zona de Junco.

De um modo geral, o espaço urbano de Assomada não está a aumentar. O que realmente está a acontecer é o preenchimento dos espaços livres nas áreas urbanizadas.

A tendência de alargamento do espaço urbano de Assomada é para a zona de Cruz Grande e Achada Falcão, uma vez que existe uma via de comunicação muito importante que liga estas zonas. A descentralização de alguns serviços, como é o caso do Hospital Regional Santiago Norte, é uma das razões mais importantes para o crescimento da zona de Achada Falcão. Mas é preciso descentralizar mais serviços de modo a acelerar o crescimento urbano daquela zona, e a existência de um corredor urbano que vai da cidade de Assomada até Achada Falcão.

### 6.3 Planeamento Territorial

No concelho de Santa Catarina os instrumentos de gestão territorial ainda se encontram na sua fase inicial (embrionária). O concelho dispõe de um Plano de Desenvolvimento Urbano para a zona de Achada Falcão, uma área em expansão em termos urbanos, e um Plano Director Municipal já aprovado.

Achada Falcão é uma zona privilegiada do concelho, na medida em que é a única zona com um instrumento de gestão territorial já definido com a excepção da cidade de Assomada. O Plano de Desenvolvimento Urbano de Achada Falcão tem por objectivo criar um pólo urbano alternativo e complementar à cidade de Assomada.

O plano já existe, mas na prática, ainda não está a ser implementado. A existência do plano, não significa que a zona de Achada Falcão se torne num centro urbano onde o processo de planeamento seja visível. É necessário dar seguimento às linhas programáticas importantes para o ordenamento desse espaço. É preciso promover uma integração harmoniosa do espaço rural e do espaço urbano, e fazer os devidos enquadramentos dos núcleos populacionais já existentes, controlando o seu crescimento, viabilizando a fixação de infra-estruturas e equipamentos, e melhorando a sua acessibilidade.



Fonte: Autora

Figura 15: Edifício em construção na cidade de Assomada



O ordenamento do território (na perspectiva da regulação do uso do solo) no concelho de Santa Catarina é algo de muito novo, a cidade cresce tanto de forma clandestina como também de modo legal. O gabinete técnico apoia (através da elaboração de plantas) o loteamento das áreas mais dinâmicas do concelho com o principal objectivo de maximizar o número de parcelas urbanizáveis.

Contudo, a construção clandestina não pára de crescer. As pessoas não tendo uma percepção de certos riscos, constroem as suas habitações de qualquer forma e sem obedecer aos critérios e normas técnicas em vigor. Aplanam os terrenos, incluindo os que apresentam declives muito acentuados, para construírem as suas habitações, resultando, inúmeras vezes, um enorme morro sobre a habitação (figura 15).



Fonte: Autora

Figura 16: Construção clandestina nos bairros periféricos de Assomada



Fonte: Autora

Figura 17: Construção legal no bairro de Bolanha



Fonte: Autora

Figura 18: Lote preparado para a construção ilegal em Assomada

Estas imagens (figura 16, 17 e 18) representam alguns dos diversos casos de construção que não respeita as normas e orientações prescritas no ordenamento do território e planeamento urbanístico. O risco de desabamento é muito elevado. Encontra-se casos de construções nos lugares susceptíveis ao fenómeno de inundação. Tudo isso demonstra de forma inequívoca a falta de planeamento e ordenamento no concelho.

A fiscalização na zona urbana é muito forte, mas tem com pouca eficácia. Deste modo, não consegue travar a construção clandestina. A população aproveita os fins de semana (sábado e domingo) para intensificar a construção clandestina. O que demonstra a fraca capacidade de organização do sector de fiscalização no concelho. Em caso de construções nos lugares susceptíveis a riscos, as autoridades competentes não agem no devido momento, impedindo a construção.

O sistema urbano do concelho constitui um factor de bloqueio para o seu desenvolvimento. Será necessário rever a qualidade urbanística, a imagem da cidade e a sua organização espacial. É pertinente dar a importância ao planeamento, criando legislação sobre o uso do solo e estratégias para gerir o território, de modo a atingir um desenvolvimento sustentável. As autoridades competentes devem ser mais rigorosas no contexto dos processos de loteamento, ou seja, não permitir a criação de lotes e frentes de urbanização nas áreas sujeitas a riscos e não legalizar as construções efectuadas nestas condições.

Cabo Verde é um país com chuvas escassas, mas quando chove pode assumir características torrenciais (grande intensidade de precipitação concentrada em períodos de tempo muito curtos), o que pode provocar grandes estragos em particular nas áreas inundáveis. No último período de chuvas, no concelho de Santa Catarina, a população foi afectada, uma vez que esteve a chover durante vários dias. Há registos de saturação do solo, deslizamento de terras, principalmente nos solos que apresentam uma grande percentagem de argila, e onde foram levantados e encostados grandes muros na sequência de operações preparatórias (escavação de terrenos, com alteração da topografia natural) para a construção de edifícios. A população não tem a percepção dos riscos que estão a correr construindo nestas condições. As autoridades devem assumir também o papel de agentes educativos uma vez que o planeamento não é (não pode ser) apenas um caso de policiamento.



## 7. Conclusão

Ao longo deste trabalho houve a intenção clara de responder às questões que surgiram no início da investigação e que naturalmente suscitaram outras novas perguntas. Sentimos, quando chegamos a esta fase (final), a vontade de fazer de outra maneira, porque todo o final é ao mesmo tempo o início ou a partida para algo de novo, no percurso individual da pesquisa.

No nosso caso, as dificuldades encontradas no local de realização do estágio, nomeadamente no que diz respeito às fontes (registos oficiais) consideradas (no planeamento do estágio) como relevantes para a investigação, condicionaram de forma incontornável a prossecução dos objectivos traçados em Coimbra (antes da partida para Cabo Verde). Contudo, um começo menos bom (por razões alheias à nossa vontade) nem sempre é comprometedor. E, com redobrado esforço, e a colaboração de todos a quem tivemos de pedir mais apoio, foi possível, afinal, deixar o resultado do nosso trabalho.

Na primeira parte do relatório, apresentou-se uma revisão de literária sobre a evolução urbana e o planeamento urbano, com o intuito de integrar escalas geográficas, reflectindo sobre os instrumentos de gestão territorial, na qual é evidente a preocupação de anotar as principais tendências e questões em torno do debate teórico, através da análise de diversos documentos (orientadores e normativos) que permitiram destacar, em síntese, o que de mais significativo importa reter neste domínio.

Actualmente (um pouco) mais de 50% da população mundial vive em cidades e a tendência é no sentido de cada vez mais aumentar. Nos países menos desenvolvidos, apesar do “fenómeno urbano” assumir expressão relevante mais tarde, esta tendência é mais forte, uma vez que as cidades são mais procuradas devido às precariedades do seu meio rural (entre outros factores explicativos).

O ordenamento do território apresenta uma relação muito intimista com os problemas decorrentes da evolução urbana. O ritmo intenso dos processos de urbanização é responsável por importantes modificações na organização e utilização do espaço, o que levou necessariamente a valorizar o planeamento urbano (e, assim, nesta perspectiva, o ordenamento do território).

Em Cabo Verde e em Portugal identificamos diversas semelhanças em matéria de ordenamento do território, pelo menos no que diz respeito aos quadros orientadores e

normativos actuais. Contudo, é preciso referir as diferenças de tempo no assumir, por parte dos Estados, do ordenamento como caminho incontornável para o desenvolvimento dos territórios e das populações.

Em Cabo Verde este processo encontra-se na sua fase inicial (na perspectiva da sua implementação). A partir dos anos 90, com o crescimento acelerado das cidades em Cabo Verde, sentiu-se a necessidade de planear o território. Em 1993 foi criada a Lei de Bases de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico. Em (apenas) duas décadas, não foi possível corrigir as assimetrias e as disfunções territoriais em Cabo Verde.

Como referimos anteriormente, a insularidade do país associado ao forte crescimento demográfico, a fragilidade em termos de recursos naturais, inexistência de recursos minerais, desequilíbrio populacional entre as ilhas e a debilidade em termos económicos, impõem actuações específicas a nível do ordenamento do território, tornando-se um dos principais desafios para Cabo Verde no sentido de encontrar maior coesão económica, social e territorial.

Apesar da diminuição do ritmo de crescimento natural em Cabo Verde, essencialmente devido aos progressos no domínio da saúde reprodutiva que levou a diminuição da taxa de natalidade, as dinâmicas de povoamento apontam o reforço das áreas urbanas e a desvitalização das áreas rurais.

Neste país que apresenta uma população essencialmente jovem, e a ilha de Santiago continua a ser aquela mais importante e que alberga o maior quantitativo populacional.

Em termos económicos, as actividades mais relevantes, agricultura e pesca, são fortemente influenciadas e condicionadas.

Em relação ao município de Santa Catarina, concelho essencialmente rural, que engloba 12% da população Cabo-verdiana, apresenta como actividade principal a agricultura e a criação de gado. O concelho apresenta uma área urbana com uma tendência crescente de expansão; ao mesmo tempo, os espaços rurais mais distantes do centro urbano encontram-se em declínio.

O concelho é composto por 51 zonas, e o espaço urbano corresponde essencialmente à cidade de Assomada, que encontra-se no auge do seu crescimento urbano. Os bairros mais dinâmicos são os bairros de Achada Riba, Bolanha e Nhagar.

O espaço urbano está a alargar para as periferias e os bairros sub-urbanos começam a ganhar importância.

Os instrumentos de gestão territorial em Santa Catarina encontram-se na sua fase inicial, dispondo apenas de um plano de desenvolvimento urbano para a zona de Achada Falcão e um Plano Director Municipal aprovado.

No concelho não são evidentes marcas de planeamento e ordenamento do território, apesar da existência desses instrumentos. É necessário intervir para corrigir as assimetrias e por em prática as orientações traçadas pelo Plano Director Municipal. É necessário consciencializar que só a existência do plano não é suficiente para promover o ordenamento do território.

Assim, importa implementar de forma efectiva uma mais adequada ocupação e utilização do território, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável e a coesão económica, social e territorial de Cabo Verde.

## Referências Bibliográficas

Alves, R. (2007): *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território do Estado Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Alvergne, C. et Taulelle, F. (2002): *Du Local à l'Europe. Les Nouvelles Politiques d'Aménagement du Territoire*. Paris, PUF.

Borja, J. y Castells, M. (2000): *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información*. Madrid, Taurus.

Carneiro, L. (1996): “Acerca do Crescimento Urbano no Terceiro Mundo: O Caso de Cabo Verde visto através da Praia”. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, vol.15, nº 1, pp.35-63. Lisboa.

Costa, M. (2008): *O Ordenamento do Território e o Desenvolvimento do Turismo. O caso da Ilha de Santiago*, Cabo Verde.

C.E.S.E (2008): *Esquema Regional do Ordenamento do Território da Ilha de Santiago*. Cabo Verde.

Correia, A (2004): *Combate pela Lisboa*. Praia, Cabo Verde.

Carvalho, P. (2005): *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra.

Carvalho, P. (2006): “Reflexão sobre o desenvolvimento e a participação pública dos cidadãos em planeamento urbano”. *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Vol. IV (2ª série), pp. 235-253.

Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (2005): *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa, DGOTDU.

Ferreira, M. J. (coord.) (2000): *Pensar o Ordenamento do Território. Ideias, Planos e Estratégias*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Fidélis, T. (2001): *Planeamento Territorial e Ambiente. O Caso da Envolvente à Ria de Aveiro*. Cascais, Editora Principia.

Governo de Cabo Verde (2001): *Programa do Governo 2001-2005*. Praia, Cabo Verde.

Hall, P. (1996): *Ciudades del Mañana*. Barcelona, Ediciones del Serbal.

Lobo, M. C. (1999): *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa, Universidade Aberta.

Marques, T. S. (2005): “Sistema Urbano e Territórios em Transformação”, T. B. Salgueiro e J. Ferrão (coord.): *Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidade* (volume 2). Lisboa, Circulo de Leitores, 190-210.

Oliveira, F. P. (2004): “Leis, Decretos e Afins Urbanísticos no Contexto Europeu”, *Sociedade e Território*, 37/38, pp. 148-155.

Mateus, M. L. (2009): *Campos de Coimbra. Do Rural ao Urbano*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra.

Mascarenhas, J. (2007): *A Problemática do solo e da Água e o Ordenamento do Território da Ilha de Santiago (Cabo Verde)*. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre

em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humana. Universidade Nova de Lisboa.

Partidário, M. R. (1999): Introdução ao Ordenamento do Território. Lisboa, Universidade Aberta.

Pujadas, R. y Font, J. (1998): *Ordenación y Planificación Territorial*. Madrid, Editorial Síntesis.

Roseta, H. (1999): “A Cidade Insustentável ou as Quatro Condições da Sustentabilidade Urbana”. *Urbanismo*, 3, pp. 12-22.

Salgueiro, T. B. (1992): *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Lisboa, Edições Afrontamento.

Tavares, C. (2006): *A Política de Solos na Política Urbana, a sua relevância na Cidade da Praia - Cabo Verde*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa.

Tavares, C. (2007): “O Ordenamento do Território em Cabo Verde, Constrangimentos e Desafios”, *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*.

Vasconcelos, L. (2003): “O Território em Contextos Expandidos de Participação – o Desenvolvimento Sustentável Local”, in L. Caetano (ed.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. pp. 278-290.

## ANEXO

Quadro I: Zonas do Concelho de Santa Catarina

1. Achada Galego	27. Gil Bispo
2. Achada Gomes	28. Japluma
3. Achada Lazão	29. João Bernardo
4. Achada Leite	30. João Dias
5. Achada Lém	31. Junco
6. Achada Ponta	32. Librão
7. Achada Tossa	33. Lugar Velho
8. Águas Podres	34. Mancholy
9. Arribada	35. Mato Baixo
10. Banana Semedo	36. Mato Gege
11. Boa Entrada	37. Mato Sancho
12. Boa Entradinha	38. Palha Carga
13. Bombardeiro	39. Pau Verde
14. Chã de Lagoa	40. Pedra Barro
15. Cha de Tanque	41. Pingo Chuva
16. Charco	42. Pinha dos Engenhos
17. Cidade de Assomada	43. Ribeira Acima
18. Cruz Grande	44. Ribeira da Barca
19. Entre Picos	45. Ribeirão Isabel
20. Entre Picos de Reda	46. Ribeirão Manuel
21. Figueira das Naus	47. Rincão
22. Fonte Lima	48. Saltos Acima
23. Fonteana	49. Sedeguma
24. Fundura	50. Serra Malagueta
25. Furna	51. Tomba Touro
26. Ganchenba	

Fonte: Elaboração Própria com base em INE (2010)

Quadro II: População residente em Santa Catarina, por zonas, em 2000 e 2008

<b>Zonas</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>
Achada Lazão	72	0,18	0	0
Lugar Velho	84	0,2	0	0
Achada Leite	177	0,43	159	0,34
Japluma	185	0,45	99	0,21
Águas	189	0,46	219	0,47
Pata Brava	226	0,55	106	0,23
Arribada	243	0,59	313	0,67
Sedeguma	257	0,63	230	0,49
Achada Ponta	259	0,63	221	0,47
Charco	265	0,65	304	0,65
Pau Verde	290	0,71	546	1,16
Junco	329	0,8	433	0,92
Ganchemba	330	0,8	346	0,74
Entre Picos	355	0,86	406	0,87
Entre Picos de Reda	387	0,94	233	0,5
João Bernardo	405	0,99	256	0,56
Tomba Tourro	428	1,04	463	0,99
Chã de Lagoa	443	1,08	415	0,88
Monte Sancho	468	1,14	401	0,86
Librão	492	1,2	392	0,84
Ribeirão Isabel	497	1,21	360	0,77
Furna	507	1,23	438	0,93
Mato Baixo	530	1,29	542	1,16
Boa Entradinha	533	1,3	581	1,24
Pingo Chuva	560	1,36	682	1,45
Achada Gomes	594	1,45	606	1,29
João Dias	611	1,49	472	1,01
Banana Semedo	650	1,58	537	1,15
Achada Galego	716	1,74	924	1,97
Serra Malagueta	736	1,79	353	0,75
Fundura	757	1,84	853	1,82
Mancholy	764	1,86	853	1,82
Saltos acima	774	1,89	525	1,12
Cruz Grande	783	1,91	811	1,73
Pedra Barros	792	1,93	869	1,85
Pinha dos Engenhos	941	2,29	811	1,73
Figueira Das Naus	972	2,37	936	2
Ribeirão Emanuel	992	2,42	996	2,12
Achada Tossa	1027	2,5	894	1,91
Fonte Lima	1035	2,52	1037	2,21
Fonteana	1039	2,53	1334	2,84
Bonbardeiro/ Engenhos	1050	2,56	1477	3,15
Rincão	1050	2,56	1009	2,15
Mato Gege	1145	2,79	482	1,03
Palha Carga	1157	2,82	1295	2,76
Chão de Tanque	1199	2,92	1337	2,85
Gil Bispo	1224	2,98	1355	2,89
Boa Entrada	1259	3,07	1327	2,83
Achada Lém	2036	4,96	2176	4,64
Ribeira da Barca	2110	5,14	2671	5,7
Cidade de Assomada	7137	17,4	12774	27,24
<b>Total</b>	<b>41061</b>	<b>100</b>	<b>46896</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base em INE

# Índice

## Índice de Figuras

	Páginas
Figura 1. Localização geográfica de Cabo Verde	29
Figura 2. Divisão administrativa das ilhas de Cabo Verde	31
Figura3. Evolução da população no período 1940-2010	32
Figura 4. Distribuição da população de Cabo Verde por ilhas em 2010	34
Figura 5. Pirâmide etária da população Cabo-verdiana (2010)	38
Figura 6.Localização geográfica do concelho de Santa Catarina (Santiago Cabo Verde)	41
Figura 7. Localização geográfica das zonas do concelho de Santa Catarina	42
Figura 8. Comércio de peixe no mercado de Assomada	48
Figura 9. Transporte do pescado para a venda nas localidades	59
Figura 10. Museu da Tabanca na cidade de Assomada (2011)	50
Figura 11. Objectos artesanais no Museu da Tabanca	50
Figura 12.Objectos artesanais no concelho de Santa Catarina	51
Figura 13.Bairros do concelho de Santa Catarina	55
Figura 14. Prática agrícola no meio urbano	57
Figura 15. Edifício em construção na cidade de Assomada	61
Figura 16. Construção clandestina nos bairros periféricos de Assomada	62
Figura 17. Construção legal no bairro de Bolanha	63
Figura 18. Lote preparado para a construção ilegal em Assomada	63



## Índice

### Índice de Quadros

	Páginas
Quadro 1. População residente em Cabo Verde 1940-2010	32
Quadro 2. Evolução da taxa bruta de natalidade em Cabo Verde	33
Quadro 3. Distribuição da população de Cabo Verde por concelho, segundo o meio de residência em 2010	35
Quadro 4. Distribuição da população de Cabo Verde por grupos etários em 2010	37
Quadro 5. Distribuição da taxa de desemprego em Cabo Verde por concelho em 2010	40
Quadro 6. Evolução da população residente em Santa Catarina, em 1940-2010	43
Quadro 7. População residente em Santa Catarina por grupos etários em 2007	44
Quadro 8. População residente no concelho de Santa Catarina segundo o meio de residência, em 1990-2010	45

### Índice de Quadros (Anexos)

	Páginas
Quadro I. Zonas do concelho de Santa Catarina	70
Quadro II. População residente em Santa Catarina, por zonas, em 2000 e 2008	71

# Índice

## Índice Geral

	Páginas
Agradecimentos	3
Dedicatória	4
Resumo	5
Abstract	6
<b>1.Introdução</b>	<b>7</b>
1.1 Contextualização temática	7
1.2 Objectivos, metodologia e estrutura do trabalho	8
<b>2.Evolução urbana</b>	<b>11</b>
<b>3.O território do território e planeamento urbano</b>	<b>16</b>
3.1 Europa e Portugal	16
3.2 Cabo Verde	20
3.2.1 contexto e objectivos	20
3.2.2 Instrumento de gestão territorial	23
<b>4- Território de Cabo Verde</b>	<b>29</b>
4.1 Enquadramento geográfico e divisão administrativa	29
4.2 Evolução da população	31
4.3 Distribuição da população	34
4.4 Estrutura etária	37
4.5 Geoeconomia	38
<b>5. Município de Santa Catarina</b>	<b>41</b>
5.1 Localização e caracterização geográfica	41
5.2 Dinâmica demográfica	43
5.3 Estrutura económica	46
5.3.1 Agricultura e pecuária	47
5.3.2 Pesca	47
5.3.3 Industria	49

5.3.4 Artesanato	49
5.3.5 Comércio e serviços	51
<b>6. Evolução Urbana e instrumento de planeamento em Santa Catarina e Assomada</b>	<b>52</b>
6.1 Génese e evolução do povoamento	52
6.2 Dinâmica urbana	54
6.3 Planeamento territorial	61
<b>7. Conclusão</b>	<b>65</b>
Referencias bibliográficas	69
Anexo	71
Índice de figuras	73
Índice de quadros	74
Índice geral	75